FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

NÚCLEO UNIÃO PRÓ-TIETÊ

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA

**Presidente:** Roberto Luiz Leme Klabin
**Vice-presidente:** Paulo Nogueira-Neto

**Diretoria**
**Mobilização:** Mário César Mantovani
**Captação de Recursos:** Adauto Tadeu Basílio
**Gestão do Conhecimento:** Márcia Makiko Hirota

O Núcleo União Pró-Tietê é o setor de recursos hídricos e educação ambiental da Fundação SOS Mata Atlântica e tem como objetivo principal a mobilização da sociedade para a recuperação dos recursos naturais, promovendo a integração entre a conservação das florestas, em especial da Mata Atlântica, e o equilíbrio dos recursos hídricos.
Promove a integração dos diversos atores da sociedade civil organizada no fomento da gestão integrada e participativa das águas.

**Coordenadora Núcleo União Pró-Tietê:** Maria Luisa T. Borges Ribeiro
**Coordenador de Educação Ambiental:** Fabrizio G. Violini
**Equipe de Educadores Ambientais:** Celly Kelly Neiva dos Santos
César Pegoraro
Fernando Protta
Gustavo Veronesi
Virgílio Farias

**Projeto Gráfico e Ilustrações:** Beth Kok (Estúdio Girassol)
**Editoração Eletrônica:** Bia Costa e Esperanza M. Sobral (Estúdio Girassol)
**Revisão:** Irene Incao e Heloisa Ribeiro

Fundação SOS Mata Atlântica
F977d Diagnóstico e caracterização por percepção de bacias hidrográficas / Fundação SOS Mata Atlântica. -- São Paulo, 2005
91 p.: il.
Bibliografia

ISBN 85-98946-01-X

1. Bacia hidrográfica – Brasil. 2. Educação ambiental. I. Título

CDD 551.483

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Andrea Godoy Herrera CRB 8/2385

São Paulo, 2005

Impressos 3500 exemplares para distribuição gratuita através do programa Mãos à Obra pelo Tietê – componente de educação ambiental e mobilização social da segunda fase do projeto de despoluição do rio Tietê (Sabesp / BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento).

# DIAGNÓSTICO e CARACTERIZAÇÃO por PERCEPÇÃO de BACIAS HIDROGRÁFICAS

Programa

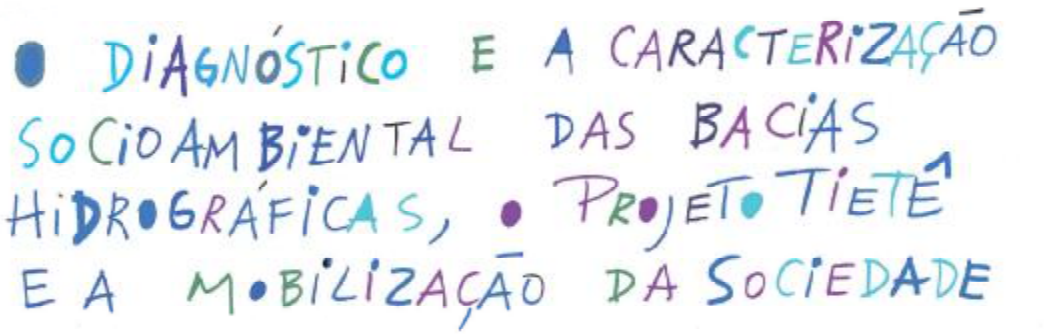
## Mãos à Obra pelo Tietê


Coordenação Geral
Mário C. Mantovani

Coordenação Núcleo União Pró-Tietê
Maria Luiza T. Borges Ribeiro

Coordenação Técnica
Fabrízio G. Violini

Autores
Marcos Ortiz e Sílvia Pompéia




**A**s águas são cada vez mais uma questão chave para a sobrevivência de todos. Formas inadequadas de uso e de apropriação, feitas de modo geral sem planejamento, fazem com que este recurso se torne cada vez mais escasso e contaminado.

Além de afetar diretamente todos os segmentos da sociedade, da atividade econômica à vida silvestre, essa situação traz conseqüências perversas como a exclusão hídrica e os graves problemas de saúde pública. Segundo dados do IBGE, temos hoje no Brasil cerca de 9 milhões de famílias - aproximadamente 40 milhões de pessoas - sem acesso aos serviços de saneamento ambiental. Em todo o mundo, segundo dados da Unicef, são cerca de 10 milhões de mortes anuais provocadas por doenças de veiculação hídrica.

Todo este quadro faz com que a água seja cada vez mais estratégica para o desenvolvimento do país e para o seu equilíbrio social. Por isso, as águas já não são mais uma questão puramente técnica. Para a sua correta gestão, deve-se dar a devida dimensão social e política. Devemos exigir que as instâncias tomadoras de decisão e as grandes obras que afetam as águas cada vez mais contemplem mecanismos que permitam o controle social deste precioso recurso.



Vários documentos importantes têm enfatizado a relevância da participação social nesta questão. A agenda 21 - documento assinado por 170 países durante a ECO 92 - ressalta no capítulo 23 que a participação dos cidadãos é pré-requisito fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Documentos do PNUMA, IETC e OEA[1] também enfatizam a questão, mencionando que: I - As decisões para a gestão das águas devem ser tomadas mediante consulta pública e envolvimento de usuários no planejamento e na implementação dos projetos sobre a água; II - O desenvolvimento e o gerenciamento do uso da água devem basear-se em abordagem participativa que envolva usuários, planejadores e políticos em todos os níveis; III - As mulheres desempenham papel central na provisão, gerenciamento e proteção das águas.

Com relação à participação social na gestão das águas em nosso país, podemos identificar alguns avanços do ponto de vista legal. Em São Paulo, a Lei 7663/91 e a Lei federal 9433/97, que instituíram, respectivamente, a Política de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceram mecanismos de controle, monitoramento e, sobretudo, a participação da sociedade civil nos processos decisórios ligados à água.

A própria história do processo de despoluição do rio Tietê é um exemplo de como a participação e a mobilização da sociedade pode contribuir para a melhoria da situação das águas.

1 *PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, IETC - Internacional Environmental Training Center, OEA - Organização do Estados Americanos.*

Tudo começou em 1991 com o aparecimento de um jacaré nas águas poluídas do rio Tietê. Esse "teimoso" animal suscitou grande curiosidade pública. Como poderia um animal sobreviver às águas contaminadas do Tietê? Nessa época, uma pesquisa realizada pela rádio Eldorado concluiu que o rio Tietê ainda era um dos principais temas de interesse dos moradores da região metropolitana de São Paulo.

Estes fatos deram início a uma grande campanha para a despoluição do Tietê. A Rádio Eldorado realizou uma série de programas comparando este rio à situação do Tamisa em Londres, rio que já foi tão poluído quanto o Tietê. O pano de fundo para a matéria jornalística foi: "Se o Tamisa foi despoluído porque o mesmo não poderia ser feito com o Tietê?".

Essas matérias suscitaram grande interesse na população em participar da iniciativa de despoluir o rio. Foi criado o Núcleo União Pró Tietê, na Fundação SOS Mata Atlântica, para fomentar e organizar a participação da sociedade na luta pela sua despoluição.

Com a criação do Núcleo União Pró-Tietê, a mobilização da sociedade tomou impulso a partir de várias realizações: o abaixo-assinado com um milhão e duzentas mil assinaturas; a influência direta sobre o governo do Estado de São Paulo para o início do projeto Tietê; o acompanhamento das primeiras fases do projeto de despoluição; a manifestação nos veículos de informação sobre o andamento do projeto; o envolvimento dos vários segmentos da população através de projetos e ações de educação ambiental e a participação nos comitês de bacia hidrográfica e em demais fóruns relacionados à temática dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental. Tudo isto contribuiu para cada vez mais envolver a população nas questões que afetam as águas e, sobretudo, o Tietê.

Mas existem algumas dificuldades para que a participação da sociedade na gestão dos Recursos Hídricos e na despoluição do Tietê aconteça de forma efetiva.



Para participar ativamente dos movimentos sociais e das instâncias de decisão relacionadas à água, como por exemplo, na despoluição do Tietê, é importante que as pessoas saibam identificar as origens do problema, de que forma os vários fatores interferem na questão, qual é o papel de cada setor da sociedade, o que vem sendo feito, quais são os cenários e planos futuros, entre outras questões.

Através desta metodologia de diagnóstico e caracterização de bacias hidrográficas, busca-se conduzir um mergulho nas características que determinam a qualidade socioambiental da bacia hidrográfica onde se está atuando. A partir do contato com esta realidade de campo, é possível exercitar a percepção sobre as questões socioambientais, construir articulações com pessoas ou entidades atuantes na área e aprender a trabalhar em grupo. Tudo isso contribui diretamente para que se perceba porque é importante a participação e a mobilização da sociedade nessa questão.

Várias orientações indicam como organizar a equipe do diagnóstico e o trabalho de campo. Mas é importante enfatizar que as técnicas para o levantamento da realidade socioambiental serão escolhidas pelo grupo de acordo com sua disponibilidade, características do trabalho que deseja desenvolver, ou de acordo com a realidade local. É o grupo, seguindo estas indicações, que irá definir suas estratégias, utilizando estas ferramentas como se fossem peças que poderão ser combinadas para adequar o trabalho à sua realidade.

Um roteiro de indicadores socioambientais orienta a coleta de informações. Uma parte desses indicadores é ligada à questão das águas, ao saneamento e à despoluição do Tietê. Outra parte é ligada às condições de vida e ao grau de organização da sociedade.

Um desses indicadores, o relacionado à qualidade da água, já vem sendo utilizado pelos grupos de monitoramento. Com auxílio do kit distribuído pelo programa Mãos à Obra pelo Tietê, os grupos medem 7 parâmetros relacionados à qualidade da água (oxigênio dissolvido, DBO (demanda bioquímica de oxigênio), PH, nitratos, fosfatos, coliformes e turbidez).

Somados aos indicadores por percepção (presença de espumas, lixo flutuante ou acumulado nas margens, cheiro, material sedimentável, peixes, larvas e vermes vermelhos e larvas e vermes transparentes ou escuros) é possível se chegar ao índice de qualidade da água para aquele determinado rio ou córrego.

Com o trabalho a partir destes outros indicadores que estamos propondo agora, iremos ampliar a atuação nessa mesma direção. Os grupos poderão observar fatores ligados ao esgoto, às áreas de inundação, aos resíduos sólidos (lixo), à cobertura vegetal, à erosão, às ocupações irregulares, às obras, às intervenções sobre cursos d´água ou outros indicadores que os próprios grupos julgarem importantes.

Para entendermos as características da nossa bacia hidrográfica é importante também observar, por exemplo, se a região é industrial ou residencial, como são as habitações, se há organizações locais que trabalham com o tema meio ambiente, se há comitês de bacia hidrográfica, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, e tantas outras. Ou seja, informações que podem dar idéia do perfil socioeconômico regional.

Esse percurso exploratório e uma leitura atenta dessas informações com certeza criará condições para que grupos atuantes do programa comecem a perceber a relação entre esses vários fatores com a situação do Tietê. Por exemplo: Quais são as formas de diminuir o volume de esgoto domiciliar e industrial que cai no rio? De que forma o lixo vai parar no Tietê? Existe alguma relação entre a manutenção das áreas verdes e a quantidade e a qualidade das águas? Quais são as obras que afetam as águas da minha região? O esgoto despejado sem tratamento nos rios e córregos prejudica a saúde da população? Como o trabalho da sociedade civil e do poder público poderia contribuir com a situação do Tietê?



## E o que queremos com tudo isto?

Manter a mobilização permanente da sociedade em torno da recuperação do Tietê, fortalecer a rede de "Observadores do Tietê", colaborar com outros grupos e segmentos da sociedade interessados na recuperação do rio, formar lideranças ambientais em vários segmentos sociais com capacidade de interferir nas realidades onde atuam e de discutir com órgãos governamentais e municipais os principais conflitos, ameaças e soluções para a preservação e a recuperação da bacia hidrográfica do Tietê. Tudo isso, com certeza, irá reforçar o importante papel que a sociedade tem na gestão das águas e na despoluição do Tietê.

Desde 1991, o Núcleo União Pró-Tietê da Fundação SOS Mata Atlântica, tem sido um importante catalizador e articulador das ações interinstitucionais e da comunidade na luta pela despoluição do rio Tietê.

Nessa briga, há razões para o otimismo. Várias foram as campanhas, manifestações, exposições, seminários e projetos dedicados ao Tietê encampados pelo Núcleo União Pró-Tietê e seus parceiros. Nesse percurso, foi possível dar maior visibilidade e conseguir maior envolvimento social nas questões relacionadas ao rio.

Tudo isto indica que estamos no caminho certo. Mas não podemos nos acomodar. A despoluição de um rio com a complexidade do Tietê não é tarefa fácil, nem possível de se executar a curto prazo. O desafio é grande. Apenas para a Região Metropolitana de São Paulo, isso significa coletar e tratar o esgoto de cerca 18 milhões de pessoas, fazer com que vários municípios assumam a sua responsabilidade e façam aquilo que cobram da sua comunidade: tratar o esgoto. Há ainda os desafios de envolver a população de forma permanente nesse processo e de combater a poluição difusa, como por exemplo, o lixo que vai parar no Tietê em grande quantidade.

O projeto de despoluição do Tietê, a cargo do governo do Governo do Estado de São Paulo, após um período inicial de desencontros e usos políticos, finalmente foi colocado nos trilhos pela Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e tem conseguido avançar na direção da despoluição desse importante patrimônio paulista.

Apesar de todo o esforço e recursos financeiros aplicados no projeto e da expansão dos índices de tratamento de esgoto da Região Metropolitana de São Paulo, não podemos parar por aí. Para considerarmos o Tietê limpo temos ainda um bom trecho a percorrer. É necessário dar continuidade a todo esse esforço sob pena de perdermos todo o avanço já conquistado.

E nesse ponto a participação da sociedade tem papel fundamental, seja cobrando do poder público continuidade, seja apontando os benefícios de termos um rio da importância do Tietê limpo e denunciando os problemas aos veículos de informação e autoridades competentes sempre que necessário.

Atingir a meta de despoluir o Tietê na Região Metropolitana de São Paulo significa um avanço sem precedentes na história do saneamento ambiental. Significa romper com décadas de descaso irresponsável. Significa dizer que se fizermos isso com o Tietê poderemos fazer o mesmo com qualquer outro rio do país.

É por tudo isto que o sonho de recuperar o Tietê continua mais vivo do que nunca. E para não deixar essa água parar, vamos continuar estimulando toda a energia social em torno da sua recuperação. Se as obras são necessárias, ainda são pouco diante da dimensão do problema que representa a recuperação do Tietê. Recuperação esta que, com certeza, não será obra de um governo e sim de toda a sociedade.



**Núcleo União Pró-Tietê**
**Fundação SOS Mata Atlântica**

**E**sse fascículo foi escrito para apoiar o trabalho dos grupos da sociedade civil que participam do Programa "*Mãos à Obra pelo Tietê*".

Recomendamos que a leitura desse texto seja feita de duas maneiras: individual e em grupo.

A leitura individual é para que você conheça a proposta geral do Programa.

A leitura coletiva já tem outra finalidade: preparar o grupo para entrar em ação. Para cada parte lida, os participantes do grupo devem manifestar suas dúvidas, discutir as questões e chegar a conclusões coletivas. Vai se formando, assim, a visão da proposta de trabalho como um todo. Ao mesmo tempo que estuda o fascículo, o grupo vai se conhecendo mais, vai valorizando seu potencial individual e coletivo, vai pensando em estratégias concretas para começar as ações relacionadas ao Programa.



Cada fragmento foi devidamente pensado a fim de que não só as tarefas mas, principalmente, a filosofia dessa proposta de educação ambiental venham a ser bem compreendidas: se vamos entrar nessa, é porque nos identificamos com um mesmo ideal e vemos as questões ambientais de modo semelhante. Isso não significa que temos que concordar em tudo. Ao contrário, as diferenças mostram contribuições complementares. Mas há um movimento que nos une, que é a grande proposta de contribuir para a recuperação da bacia hidrográfica do rio Tietê, sabendo ser esta uma das maneiras de ajudar toda a forma de vida do Planeta.

# Sumário


Conteúdo desse fasciculo 15

Um pouco da história desse programa 17

Levantamento da percepção ambiental e da realidade local 21

- Requisitos para uma ação de pesquisa socioambiental participativa 21
- Percepção ambiental 21
- Realidade local 22
- Realidade socioambiental 23
- Bacia hidrográfica como unidade socioambiental 24
- Comitês de bacia 25
- Diagnóstico participativo 25
  - Enfoque participativo 26
  - Conceito e pressupostos da participação 28
  - Níveis de participação 29

Agir verificando os indicadores 39

- O que, para nós, vai ser considerado indicador? 40
- Indicadores dos grupos - para formação, vínculo e permanência dos grupos no programa 40

Auto-avaliação e dicas para a consolidação do grupo atraves dos indicadores 43

Indicadores socioambientais 47

- Qualidade da água 47
  - Quadro dos indicadores socioambientais do programa 49

Partindo para a prática do dignóstico 53

- Equipe de diagnóstico 53
- Perfil desejado e atitudes bem-vindas nos mediadores 56

O mediador como um animador **56**

Anotadores/Observadores **57**

Passos para os diagnósticos **61**

Definir e tornar bem claros os objetivos do levantamento sobre a realidade e a percepção ambiental (identificação do propósito relevante comum do grupo) **61**

Definição do "roteiro de temas" **62**

Apresentação e definição das técnicas de campo **62**

Roteiro de temas do diagnóstico local **63**

Quadro do planejamento do diagnóstico **64**

Sensibilização **64**

Coleta de dados secundários e observação do meio **65**

Entrevista semi-estruturada **68**

Me agrada X me incomoda **69**

Realidade e desejo **70**

Caminhada transversal **71**

Mapeamento participativo **72**

Como registrar os dados brutos do levantamento e os produtos das técnicas **74**

Algumas dicas finais sobre o planejamento do diagnóstico **76**

Mapa e relatório **79**

Relatório **79**

Dicas para uma análise participativa dos dados do diagnóstico **82**

Para saber mais - breves considerações sobre indicadores **85**

Bibliografia consultada **89**

Bibliografia recomendada **91**

**E**ste fascículo explica o que é, como se faz e qual o enfoque participativo que se espera dos grupos em relação ao seu trabalho, que começa pelo diagnóstico. Apresenta uma metodologia, um jeito de fazer o levantamento da percepção ambiental e da realidade local. Essa orientação sobre o modo de diagnosticar a situação local tem duas intenções:

- Divulgar e deixar disponível a todos os participantes uma maneira de ver e interpretar as questões sociais e ambientais da realidade atual, estabelecendo um diálogo sobre a importância do nosso papel na recuperação e na preservação dos recursos essenciais à vida, e
- organizar os resultados dos levantamentos e ações de cada grupo em uma grande base de dados comum, para troca de informações e apoio mútuo entre os grupos, bem como para mostrar à sociedade as iniciativas que podem ser tomadas e organizadas a favor da vida, tendo como base a gestão participativa dos recursos naturais.



Esperamos que as orientações contidas nesse fascículo não sejam tomadas como amarras ou limitações, mas sim como inspiração das ações dos grupos ambientalistas que desejem abraçar a defesa do Tietê como foco da sua articulação local.

Esse fascículo contém os seguintes itens para orientar a realização do diagnóstico participativo:

- Levantamento da percepção ambiental e da realidade local – requisitos para uma ação de pesquisa socioambiental participativa.
- Auto-checagem e dicas para a consolidação do grupo.
- Indicadores socioambientais.
- Perfil dos mediadores/facilitadores.
- Perfil dos sistematizadores.
- Passos para o diagnóstico participativo.
- Como preparar o roteiro temático.
- As técnicas de campo e como escolher as técnicas mais apropriadas ao roteiro.
- Como registrar os dados brutos do levantamento.
- Como registrar os produtos das técnicas.
- Como sistematizar as informações segundo os tipos de mapas e o relatório padrão do programa.
- Dicas de análise participativa.

# UM POUCO DA HISTÓRIA DESSE PROGRAMA

**E**m 1991 começou, de forma pioneira no país, uma ampla campanha de mobilização em prol da recuperação do rio Tietê por iniciativa da sociedade civil organizada.

Para coordenar essa luta, a Fundação SOS Mata Atlântica e a Rádio Eldorado criaram o Núcleo União Pró-Tietê. A idéia era aglutinar todos os esforços e as atividades de mobilização, além de apoiar iniciativas de terceiros para a recuperação e a preservação do maior rio paulista.

Essa foi uma das campanhas de mobilização mais significativas do país, conseguindo o maior abaixo-assinado ambiental de que se tem notícia na América Latina, com 1 milhão e 200 mil assinaturas! A grande repercussão do movimento levou o governo do estado de São Paulo a encampar a proposta, dando início ao Projeto Tietê.



O Núcleo União Pró-Tietê não parou por aí. Se posicionou em relação ao Projeto Tietê perante o governo, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a imprensa, reafirmando a necessidade de se continuar o trabalho e se buscar informações como: os prazos do programa de despoluição; o cumprimento do cronograma de obras; quanto recurso foi gasto e como ele foi usado; qual foi a participação da sociedade civil na gestão do projeto e se havia uma auditoria independente.

O governo de São Paulo atendeu ao pedido, dando maior agilidade e transparência ao Projeto Tietê, que concluiu a sua primeira etapa em 1998, com resultados significativos para a sociedade. Vale lembrar que esse foi o maior investimento feito na América Latina em saneamento ambiental, com recursos superiores a 1 bilhão de dólares!

Houve também, nessa primeira etapa, o controle da poluição de 1 mil e 250 indústrias já cadastradas pela Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de São Paulo como as responsáveis por 90% da poluição inorgânica na bacia do Alto Tietê.

Todo esse processo garantiu bases sólidas para a continuidade do programa de despoluição. Assim, o BID aprovou a segunda etapa do Projeto Tietê liberando 200 milhões de dólares que serão somados a outros 200 milhões de dólares à cargo da Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Nessa nova fase, o Núcleo União Pró-Tietê conseguiu aprovar a inclusão do programa "Mãos à Obra pelo Tietê", como componente de educação ambiental e mobilização do Projeto Tietê. É uma missão ousada da qual você já está fazendo parte.

E que programa é esse? Quem toma parte dele? Onde se quer chegar com ele?

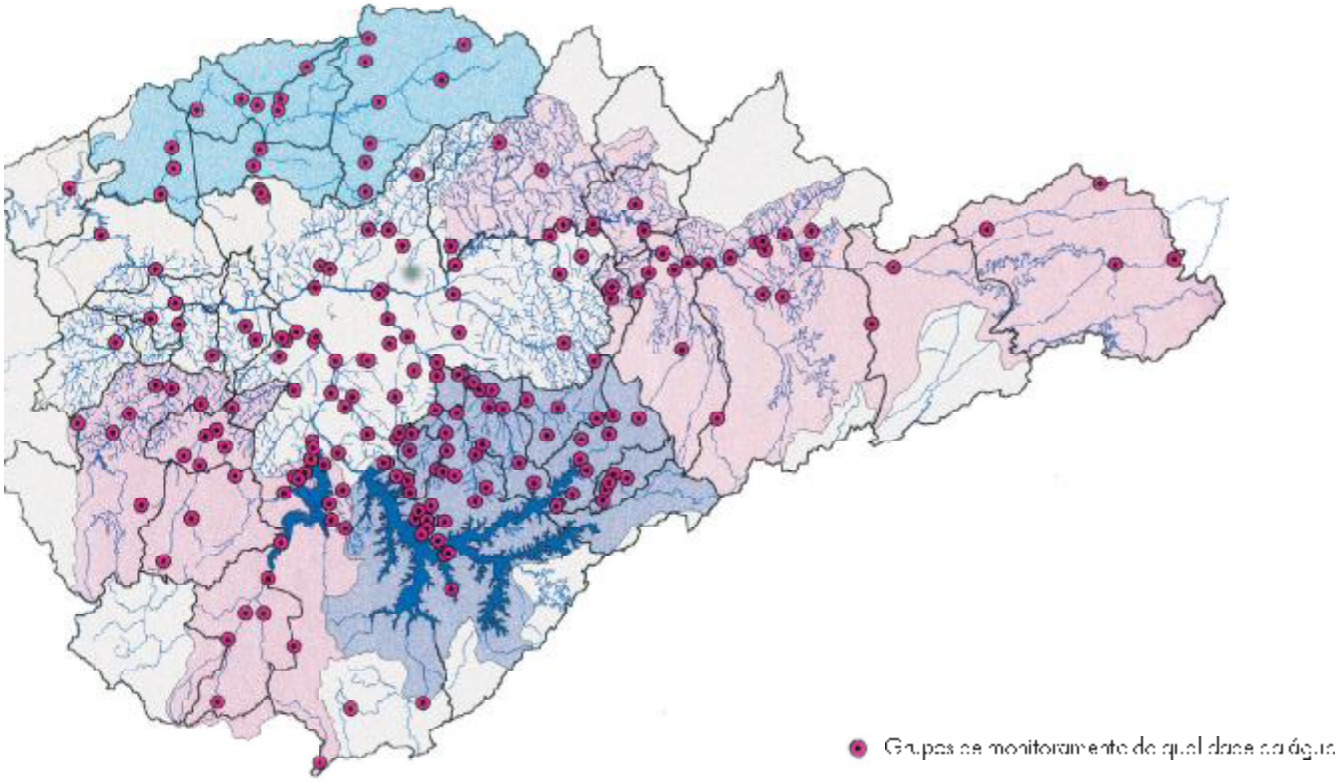
É um programa que entende a educação ambiental como mobilizadora da sociedade e que tem como base a formação ou o reforço de grupos independentes da sociedade civil, numa primeira etapa, para criar uma rede de atuação Pró-Tietê.

Cada grupo terá apoio do programa para realizar as 3 ações que serão explicadas mais adiante neste Fascículo sobre Diagnóstico e Caracterização das Microbacias:

- Fazer o monitoramento da qualidade das águas no Alto e Médio Tietê;
- realizar um levantamento participativo da realidade socioambiental, e
- participar da vigilância e mobilização ambiental cidadã do Alto e Médio Tietê.

Os grupos estão formando uma grande rede na área delimitada como Alto Tietê, conforme o mapa geral deste trecho da bacia hidrográfica. Cada grupo recebe fascículos, o kit de monitoramento da qualidade da água e, ainda, o apoio de um monitor vinculado à região em que o grupo atua. Os monitores são bem preparados para orientar todo o processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Bacia do Alto Tietê e grupos de monitoramento da qualidade da água



# LEVANTAMENTO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL E DA REALIDADE LOCAL

## Requisitos para uma ação de pesquisa socioambiental participativa

Vamos começar dando uma olhada em conceitos que serão bastante usados neste fascículo. Entendendo os conceitos básicos, isto é, estando bem afinados com o seu significado, será mais fácil compreender as ações de parceria entre a gestão técnica do Núcleo União Pró-Tietê e os grupos da sociedade civil. Assim, quando estivermos falando ou escrevendo sobre a percepção ambiental na subbacia hidrográfica, por exemplo, saberemos do que estamos falando.



Quando tratamos de questões ambientais, especialmente numa organização social com objetivos de preservação e recuperação ambiental, precisamos saber como as pessoas percebem seus problemas: quais seus desafios, qual seu potencial, o que desejam mudar ou não numa determinada realidade. Para isso, devemos mergulhar no universo dessas pessoas e entender como elas percebem seu ambiente.

## Percepção ambiental

É muito importante que, antes de sairmos falando o que as pessoas devem fazer para melhorar suas vidas e o ambiente na qual elas vivem, perguntemos a essas pessoas o que significa para elas as coisas ao seu redor, o que elas consideram problemas e como identificariam as soluções para eles. A esse mergulho no universo explicativo do mundo criado e dinamizado pelas pessoas no seu dia-a-dia, chamamos de estudos da percepção.

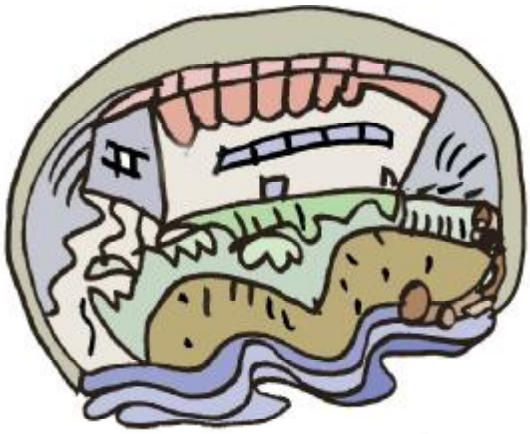
Para identificar, planejar e desenvolver ações que envolvam o meio ambiente e a sociedade, devemos estudar a percepção das pessoas sobre essas temáticas como um dos primeiros passos.

Os grupos participantes com projetos de ação local poderão compreender melhor a situação do meio ambiente e a

vida social dentro da bacia hidrográfica do rio Tietê. Num primeiro momento, dessa compreensão podem surgir também iniciativas concretas dos mesmos grupos para ajudar a transformar o que for mais necessário. E essas ações terão maior eficiência e eficácia se partirem desse estudo da percepção das pessoas.

Se você deseja transformar a situação socioambiental, não deve atuar de forma isolada: precisa contar com o envolvimento da comunidade, e isso ocorre se você souber como ela pensa e age sobre o assunto. Desse modo, a primeira grande tarefa proposta aos grupos é a preparação de um levantamento da percepção ambiental sobre a realidade local.

## Realidade local



O Programa "Mãos à obra pelo Tietê" quer chegar a um mapeamento bem preciso do que se passa nas localidades da bacia hidrográfica desse rio. A proposta é que cada grupo de monitoramento da qualidade da água possa identificar a sua microbacia de atuação e se responsabilizar por essa região onde estão localizados os pequenos cursos d'água monitorados pelos grupos, sejam eles canalizados ou não e, se possível, desde sua nascente até sua foz em outro córrego ou rio.



Essa subdivisão em microbacias tem também um caráter pedagógico. Dentro de uma visão recente sobre estudos e ações na área ambiental, o olhar sobre a bacia hidrográfica traz um sentido integrador para essas ações. Tudo que ocorre num sentido ambiental em um determinado lugar tende a repercutir na bacia como um todo, pois a água que desce para o nível cada vez mais baixo leva consigo as marcas, seja da preservação ou da destruição, seja da limpeza ou da poluição. Em se tratando de recuperar o principal rio de todo o Planalto Paulista, esse olhar através do caminho do leito de cada microbacia nos integra como partes de um todo complexo.

Se mexemos, por exemplo, no Alto da Cantareira, em Salesópolis, num morro da Guarapiranga ou no Jaguaré, estamos mexendo com toda a bacia hidrográfica do Tietê. Essa consciência da realidade local que se vincula ao global vai ser construída com a participação de cada grupo da sociedade civil que se organizar em torno desse Programa.

A força integradora dos grupos do Programa depende que cada parte (microbacia) formadora dessa bacia seja bem conhecida. Para isso, precisamos estabelecer alguns dados comuns a serem levantados por todos, para podermos compará-los e chegarmos a uma idéia do conjunto. Precisamos entender o que está afetando somente um local e o que está "descendo" pelos veios de água abaixo e afetando igualmente a outras localidades, dando identidade ao território da bacia e quais problemas, desafios e soluções que devem ser tratados como questões comuns.

Cada grupo tem essa missão de contribuir no levantamento da realidade local para que se elabore um grande mapa da situação da bacia hidrográfica do Alto Tietê. A qualidade desse mapa dependerá de cada grupo atuar com compromisso e determinação em conhecer sua situação local. Queremos mapear as coisas que protegem e que ameaçam as formas de vida em geral.

Seja pelo kit de coleta e amostragem da qualidade da água que os grupos receberam, seja por outros métodos que vamos lhes apresentar aqui, formaremos uma teia de atores sociais, desvendando um olhar local para montarmos uma visão geral das condições socioambientais dessa bacia.

Assim, estudaremos pelo olhar dos grupos o que chamamos de local e desvendaremos, na composição dos diferentes olhares, uma imagem geral da nossa unidade de vida: a bacia hidrográfica.

O rio, até bem pouco tempo atrás, era o centro de referência para a grande maioria das sociedades humanas. Por ele entravam e saíam as chances de garantia de vida das pessoas e dos demais seres vivos: as riquezas, os mantimentos, os parentes e amigos. Tudo fazia-se gerar pelo movimento e orientação dos rios. Isso continua sendo assim para uma grande quantidade de comunidades, cidades e países. Seria intolerável a vida para muita gente e muitos outros seres vivos se não houvesse os rios.

Com a urbanização e a modernização, criamos referências imaginárias mais fortes, como a localização das casas, das fábricas, dos escritórios, das ruas, das lojas, dos shoppings centers, etc. Essas referências não devem ser desprezadas, mas aliadas a um reencontro com a importância do rio para a continuidade da vida. Estudar o local onde moramos, devolvendo o devido valor ao córrego e ao rio, é dar um passo ao futuro respeitando uma verdadeira fonte para as diversas formas vida da qual dependemos de fato, mesmo a despeito de toda a modernização da sociedade.

Exercitamos, assim, a volta do olhar para a situação da sociedade e do meio ambiente, porém com um vínculo mais orgânico com o fluxo da água. Nossa realidade passa a ser delimitada pelo território de onde flui o líquido da vida.

## Realidade socioambiental

Conhecemos e tomamos consciência de nossa relação com a natureza porque temos uma maneira diferenciada, comparada aos outros animais, de pertencer a ela. Fazemos parte, enquanto espécie animal, das cadeias biológicas evolutivas, mas somos seres criativos providos de uma relação não programada, o que não ocorre com os demais seres.



Criamos nossas relações entre nós mesmos e entre nossa espécie e as demais. A esse processo de criação, que gera a sociedade e regula as relações sociais, damos o nome de cultura. O conhecimento acumulado durante a existência da espécie humana no planeta é resultado das relações que o homem estabelece com a natureza e com o divino (para quem assim acredita). Portanto, não podemos separar o "meio natural" do "meio cultural/social", isto é: a separação do homem, de um lado, e da natureza, do outro lado, nunca existiu. Essa separação é também uma abstração humana, uma invenção do homem ocidental moderno. O ser humano é um ser sociocultural e natural ao mesmo tempo, impossível de ser separado em dois fragmentos. Por isso, podemos dizer que estabelecemos relações socioambientais, e nelas vivemos imersos.

Mesmo distante de paisagens que costumamos chamar de "naturais", a espécie humana continua a depender exclusivamente das relações que o homem mantém com a natureza, que também são influenciadas pelas relações sociais.

Pense nos recursos que a humanidade utiliza para fazer seus produtos e suprir suas necessidades básicas; nos medicamentos e alimentos que hoje são importantes para manter o homem vivo; nas reservas dos recursos que ainda existem para garantir que as gerações futuras continuem a viver – há sempre um conjunto de relações com a natureza que o homem está mantendo direta ou indiretamente.

Como se pode ver, mesmo achando-se separado, o ser humano é parte e é criador das condições para o meio ambiente, ao mesmo tempo que este também cria determinadas condições para ele. Existimos como parte de uma dinâmica

entre os diversos tipos de vida e as formas físicas do planeta e do universo, de modo que, dependendo das ações sociais dos homens, as condições para o ambiente alterado por ele serão favoráveis ou não à sua própria existência.

A exploração desequilibrada da natureza, a sua degradação e a recente preocupação com as questões ambientais introduziram essa visão de uma separação ilusória entre homem e natureza, dando-nos a sensação de que meio ambiente é um lugar com árvores e outros seres vivos que devem ser preservados, independentemente das ações humanas.

Ora, isso é impossível de ser tratado em separado, pois é pela interação desses elementos que se produzem ou se deterioram as condições de vida de todos. Eles afetam tanto árvores como animais, incluindo os seres humanos. Por isso, falamos de relações socioambientais, pois o que o homem faz em sociedade atinge e afeta o meio ambiente, assim como os processos dinâmicos da natureza também afetam as sociedades humanas.

A casa que nos protege das chuvas e tempestades, bem como várias outras invenções da cultura humana que aumentam nossa capacidade de nos afastar dos efeitos mais imediatos da natureza, nos deram uma representação ilusória de que podemos manter-nos isolados das forças e evoluções do meio natural. Este meio é a nossa casa ampliada. Os gregos chamavam casa de *oikos* = eco. Ecossistemas são os sistemas da nossa casa, somos partes um do outro.

## Bacia hidrográfica como unidade socioambiental

Bacia hidrográfica é uma região dividida por morros e montanhas cujas nascentes de água convergem aos veios d'água. Estes descem formando córregos que desembocam em ribeirões até chegar à formação de um rio. Pela força da gravidade, como a água procura descer até o ponto mais baixo do terreno, se pensarmos a calha do rio Tietê como este ponto mais baixo, podemos considerá-lo como o pivô de uma bacia hidrográfica.



Assim, se fizéssemos um corte bem grande de um morro a outro de cada lado do rio Tietê - que ficaria na parte mais baixa entre os morros - veríamos algo semelhante a uma bacia.

Essa bacia, no caso do Alto Tietê, tem cerca de 598 mil e 500 hectares, e nela se incluem vários outros rios importantes para a Grande São Paulo. Na verdade, nosso programa vai trabalhar com duas partes da bacia: o Alto Tietê, que vai da nascente, no município de Salesópolis, até a divisa dos municípios de Santana do Parnaíba com Pirapora do Bom Jesus; deste ponto até a barragem de Barra Bonita está a região do Médio Tietê. Com área de drenagem com cerca de 683 mil hectares, tem como principais afluentes os rios Jundiaí, Capivari e Piracicaba, na margem direita, e o rio Sorocaba, na margem esquerda. Estas bacias hidrográficas, do Alto e do Médio Tietê, são a nossa área de atuação e a região onde o projeto de despoluição do Tietê tem maior influência.[1]

Dividimos nossa área de atuação em seis sub-bacias (Cabeceiras, Cotia-Guarapiranga, Jusante Pinheiros-Pirapora, Juqueri-Cantareira, Billings e Médio Tietê). Em cada uma delas há um técnico monitor do Programa "Mãos à Obra pelo Tietê". Cada sub-bacia foi subdividida em microbacias. Em cada microbacia espera-se poder contar com a atuação de pelo menos um dos 300 grupos formados.

Dependendo do tamanho, em algumas microbacias poderão ser formados mais de um grupo, cada qual com uma área de atuação própria. Assim, teremos uma cobertura completa da área do Alto Tietê formada pela rede de grupos participantes do programa.

1 *De 1993 a 1998 o projeto Observando o Tietê mobilizou 78 grupos da sociedade ao longo dos 1,1 mil km do rio Tietê para o monitoramento participativo da qualidade da água do rio.*

## Comitês de bacia

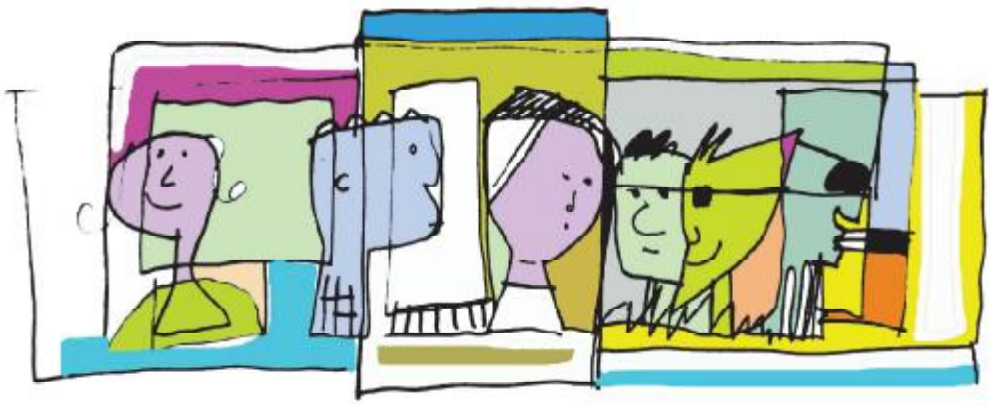
Nesse programa, cada microbacia será uma unidade socioambiental.

A atuação por bacias hidrográficas está de acordo com a organização social e política que está sendo montada pela nova legislação brasileira sobre as águas. Os atores sociais das bacias hidrográficas (sociedade civil, poder público e setor privado) estão se organizando nos Comitês de Bacia. Um comitê desses é uma unidade regional importante na gestão pública não apenas da água. Há quem diga que os Comitês de Bacia Hidrográfica, no futuro, terão tanta importância como os estados da federação, tal a relevância para a sociedade da gestão das águas e da negociação social e política promovida em seu entorno.

Por isso, olhar a microbacia, a sub-bacia e a bacia como unidade socioambiental e partir de suas realidades específicas, é estar se preparando para um jeito inovador de se organizar em sociedade, retomando a importância do meio ambiente, que tem a água como o recurso central de formação da vida no planeta.

O diagnóstico participativo que você vai fazer para levantar a realidade local, será nos limites da microbacia adotados pelo seu grupo como unidade de percepção, estudo, análise e intervenção. Com isso, você e todos nós vamos aprender mais sobre meio ambiente e nos prepararmos para a gestão da bacia hidrográfica com todas as suas divisões naturais.

## Diagnóstico participativo





Cada grupo irá atuar na microbacia medindo a qualidade da água e criando um projeto próprio. E o primeiro passo em direção à elaboração do projeto de ação socioambiental Pró-Tietê será a realização de um diagnóstico participativo.

A palavra ***diagnóstico*** tem sido muito utilizada pela medicina quando os médicos estão estudando um paciente para ver como está a sua saúde e, se ele tem problemas, descobrir mais detalhes sobre o que realmente está se passando com ele. Ao final, o médico chega a uma conclusão – o prognóstico – em que descreve a situação (caracterização) e prevê o tratamento (medidas a serem tomadas para a recuperação da saúde).

Por semelhança, propomos a cada grupo que está entrando no Programa "Mãos à Obra pelo Tietê" que estude algumas questões e alguns detalhes sobre a microbacia que adotou. Um olhar mais profundo deve ser lançado para caracterizar as potencialidades e os problemas ambientais no território adotado pelo grupo.

Esse fascículo orienta passo à passo como o grupo deve se preparar para realizar o diagnóstico, quais devem ser os cuidados especiais a serem tomados pelo grupo, quais os dados e os indicadores que interessam à coordenação do programa, como eles devem ser observados, procurados, medidos e registrados para depois compormos o grande mapa de dados e ações na bacia do Alto Tietê. Assim, poderemos propor medidas para sua proteção e recuperação.

A melhor forma de fazer esse diagnóstico é de um modo participativo. Isto é, buscando o maior envolvimento possível das pessoas – participantes do grupo e moradores da microbacia – na construção de um conhecimento aprofundado a respeito da realidade local.

É importante que esse diagnóstico seja construído pelas mãos do grupo e da sociedade. Não buscamos padrões técnicos de especialistas como referência para o diagnóstico. Se assim fosse, seria mais fácil contratar um grupo de consultores para fazer o diagnóstico e pronto.

O espírito desse programa é a participação social para entender a situação e propor ações que transformem a realidade. Não importa apenas o olhar técnico sobre as questões ambientais, mas sim o olhar social sobre elas. Esse olhar também pode ser profundo e com detalhes importantes, mas, principalmente, será um olhar compartilhado pelas pessoas, capaz de gerar sua compreensão sobre a transformação da natureza, ou seja, do meio ambiente como parte da própria humanidade.

Um diagnóstico participativo é mais difícil de se fazer, porque é mais desafiante e exige o respeito, a inclusão do máximo de visões com o maior número de pessoas. Por outro lado, ele anima bastante o aprendizado coletivo: todos que se envolvem saem com uma sensação de que também aprenderam com o processo de levantamento da realidade.



No diagnóstico participativo trocamos idéias sobre os significados das coisas e do mundo ao nosso redor. Essa troca é uma negociação que nos amadurece. E esse amadurecimento é a chave para conseguir envolver mais pessoas numa ação transformadora: se as pessoas não entenderem coletivamente e não se envolverem, as ações surtem pouco efeito e nada muda.

Participação é um jeito de atuar, é uma maneira de se colocar diante do outro. Assim, tem muito a ver com comportamento e atitude de nós mesmos e não apenas dos outros.

Aprendemos sobre participação quando tentamos vivenciá-la: participar é uma experiência que se tem na relação com os outros. E não tem sido muito usada, nem estimulada nem aprendida em nossa sociedade...

Não dá para ler tudo o que há sobre participação e sair por aí achando que vai dar certo. Porque, nesse assunto, é a experiência que dita o ritmo do quanto se aprende. Para começar, porém, é preciso entender um pouco mais sobre participação.

## Enfoque participativo

A construção da abordagem participativa e da participação social ainda carece de maior clareza. É muito comum o uso do termo **leigo** para designar as pessoas que não possuem formação técnica ou diploma acadêmico sobre certo tema. Mas o fato de uma pessoa ser ou não ser leiga em "participação" não é o mais importante para ela entender plenamente sobre a abordagem participativa. Não é recomendável, por exemplo, considerar participação como o fato de convocar pessoas, colocá-las sentadas numa sala e comunicar o que elas devem fazer por elas mesmas e pelos interesses de um projeto. Ou, de outro lado, participação não é apenas chamar as pessoas e perguntar o que elas precisam ou o que elas acham disso ou daquilo e depois não fazer nada com o que foi dito, ou partir apenas para ações assistencialistas.

O mais instigante no enfoque participativo é o quanto se precisa descobrir sobre o valor da flexibilidade no relacionamento coletivo, seja ele particular ou profissional. Ao adquirir essa flexibilidade, percebe-se que o aprendizado constante é uma característica básica da abordagem participativa. Participar se aprende participando.



A abordagem participativa envolve compreensão, que exige não pressupor a ignorância do outro, mas admitir que o outro sabe e que seu saber, antes de ser descartado, precisa ser entendido e reconhecido, mesmo que depois venha a ser transformado.

Esse enfoque participativo é, portanto, um insumo, uma postura, uma necessidade e uma condição da eficiência para o diagnóstico da realidade nas microbacias. Ganha força em toda a parte a constatação de que esse tipo de abordagem é tão importante quanto conhecer os aspectos técnicos sobre o meio ambiente.

A participação não deve ser vista meramente como um instrumento necessário para a solução dos problemas mas, sim, como uma necessidade do homem de se auto-afirmar, de interagir em sociedade, de criar, de realizar, de contribuir. Novas formas de conhecimento expandem-se com esse tipo de enfoque.

Podemos analisar a importância de um processo participativo por dois ângulos:

Instrumental – Será sempre mais eficaz fazer as coisas em conjunto, principalmente, em questões ambientais. Mesmo que isso represente um grande desafio.

Afetivo – As pessoas se sentem bem trabalhando em sociedade, ficam mais seguros, mais confiantes. Criam outras referências pessoais para enfrentar a vida como tal, desenvolvendo essa essência natural de ser indivíduo e parte do ambiente ao mesmo tempo.

Tudo indica que o homem só desenvolverá o seu potencial pleno em uma sociedade que permita e facilite a participação de todos.

É por tudo isso que foi feita uma opção, em nosso Programa, por essa linha de ação.

## Conceito e pressupostos da participação

Começamos por tentar entender o que significa o termo *participação,* tão mencionado nos dias atuais. Participar significa fazer parte de um grupo, tomar parte das decisões e ter parte do resultado: "a participação comunitária é um processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte no planejamento, na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma comunidade".

Dessa forma, *participação* deve ser entendida como "fazer parte nas tomadas de decisão pelas pessoas usuárias de um serviço público ou privado, pelos consumidores de um produto, pela sociedade chamada a se engajar nas causas ambientais, pelos envolvidos em uma ação comunitária de qualquer tipo ou por ela impactados". Participar é também acompanhar, durante o projeto e ao final dele, as atividades geradas por meio daquelas decisões coletivas tomadas no decorrer do processo participativo.



*Participação*, compreendida por esse conceito, tem os seguintes pressupostos básicos:

- Melhorar as condições para tomada de decisão e ações coletivas. Essas condições podem ser facilitadas pela integração e incorporação dos saberes, das experiências e necessidades dos participantes dos grupos, seus parceiros e colaboradores. Especificamente nas questões ambientais, por exemplo, são as condições para que todos percebam o quanto as comunidades interna e externa são capazes de propor e expor suas expectativas e percepções, seja em relação aos riscos à sua vida e a do seu próximo, ou em relação aos seus sonhos por melhores condições de vida. Na questão dos riscos ambientais, os atores sociais potencialmente ameaçados devem contribuir para que eles sejam descobertos, especificados, controlados; e terem o poder de intervir para desfazer uma ameaça concreta à integridade humana e ambiental.
- Elevar a co-responsabilidade dos atores sociais com relação às atividades de projetos e empreendimentos. No caso de prevenção, saúde, segurança humana e ambiental é preciso definir claramente e compartilhar os papéis de cada segmento social na gestão a favor de seus resultados em todas as suas dimensões.
- Facilitar os processos de aprendizado social, pelos quais se possa fortalecer e motivar os membros da sociedade a chegarem mais próximos da sua "emancipação cidadã" e dos mecanismos efetivos para a garantia equânime da satisfação das suas necessidades, por meio da democracia e do controle exercido desde a base social.
- Aperfeiçoar as formas de articulação e representação de interesses, principalmente dos grupos sociais mais excluídos, nas decisões e na conquista de instrumentos de poder em nossa sociedade. Envolvendo forças e habilidades humanas de todos atores sociais, os participantes alargam seus horizontes com mais preparo e experiência para atuar em outras situações, além do diagnóstico e da conservação ambiental.

Ao participar dessa forma, a pessoa aprende a se organizar em redes de apoio mútuo e em defesa de seus interesses nas demais esferas das relações sociais. Aumenta seu senso de responsabilidade por todos os seres vivos e por suas próprias condições de vida.

Quando um grupo utiliza uma abordagem participativa, há maiores possibilidades de fortalecimento social e político da população. É verdade que é um processo mais exigente. Porém, consegue-se muito maior e melhor colaboração em questões chave para o projeto do grupo.

Não só os grupos formados por microbacias e a equipe de gestão do Programa aprendem com a abordagem participativa, mas fundamentalmente a sociedade como um todo. As experiências de participação servem como um pólo irradiador de conhecimentos, de prática da gestão participativa nas áreas públicas e privadas. Fazem a organização aprender e ensinar, em processo simultâneo, o desfrute do caminhar a favor da emancipação, criando uma cultura em que muitos começam a dominar instrumentos para garantir um convívio democrático. Em outras palavras, toda a sociedade se aperfeiçoa.

O desenvolvimento da participação depende também de um conjunto de atitudes pessoais favoráveis e de procedimentos concretos para fazer valer o que está combinado nas regras, por meio das relações humanas. Porque participar é se relacionar.

Relacionar-se é constantemente aprender a estar, decidir, fazer e verificar com o outro sobre o que e como está sendo feito, a favor de quem e com quais finalidades e propósitos. O diálogo, nessas relações, é o ingrediente mais poderoso para que o aprendizado exista e a própria participação se amplie.

As pessoas podem se relacionar em vários níveis diferentes. Do mesmo modo, a participação também pode ocorrer em vários níveis. Vamos ver isso a seguir.



## Niveis de participação

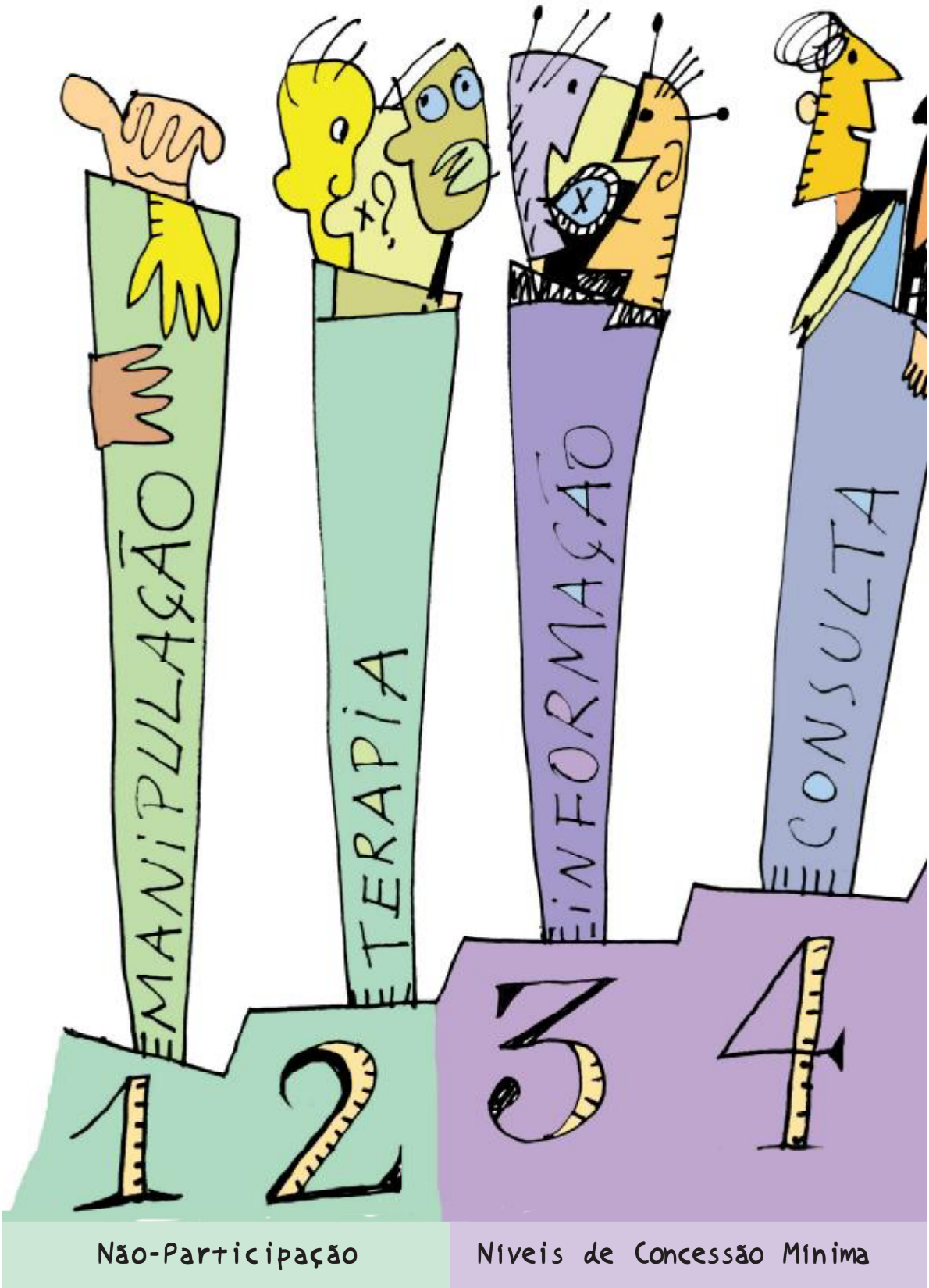
A autora Sherry R. Arnstein (2002), deixou uma contribuição valiosa com respeito à participação. Por meio de suas reflexões podemos analisar até que ponto os esforços de uma abordagem participativa estão caminhando com qualidade e dando frutos conforme o esperado. A tipologia apresentada a seguir segue a metáfora de uma escada, na qual "cada degrau corresponde à amplitude do poder da população em decidir as ações e/ou programas" que lhe afetam – ver figura 1.

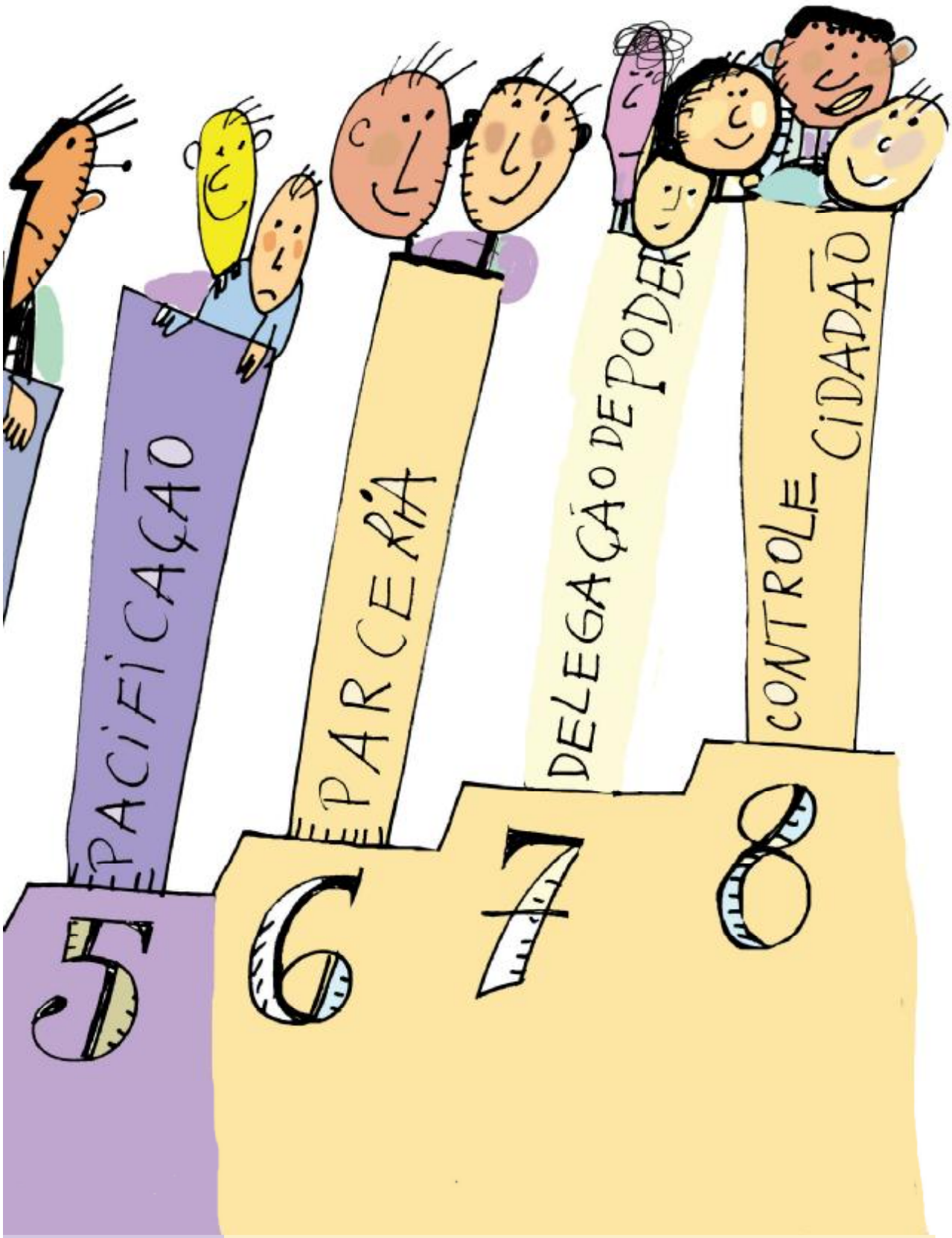
Quando se trabalha com participação cidadã, espera-se atingir um determinado nível onde as relações e instituições estabelecidas "não voltem para trás", ao contrário, apenas subam sem parar para os níveis superiores. Mas nem sempre isso acontece: com respeito às etapas vencidas dependemos de muita determinação das lideranças para que não haja retrocesso, porque podemos subir e descer essa "escada da participação" rapidamente se não estivermos alertas sobre o poder que temos.

Assim, as categorias da participação na Figura 1 não podem ser apreendidas como uma lista de estágios estanques, sem interconexão. Elas são simplesmente uma maneira didática e auxiliar para se entender do assunto com maior profundidade e se criar uma referência de análise e classificação sobre a qualidade participativa de um determinado processo. Podemos utilizá-las para nos auto-avaliar em oportunidades preparadas para isso.

Na figura 1, os "oito degraus da escada da participação cidadã" são apresentados em 3 grupos. Os itens numerados com 1 e 2, na parte mais baixa da escada, são considerados como degraus da "não-participação". Mesmo assim aparecem, pois estão um pouco acima de relações sociais do tipo "coerção verbal, coerção violenta e física, escravidão" e outras formas de domínio humano de que ainda temos notícias freqüentes em nosso planeta.

## Oito degraus da escada da participação cidadã






de Poder

Níveis de Poder Cidadão

Arnstein, 2002

## Não-participação

A forma de poder da manipulação (1) tem algo de mais sofisticado que a violência: o uso da linguagem e outros artefatos simbólicos para que as pessoas acreditem em propostas ou ações que escondem as intenções dos protagonistas ou as dimensões exatas dos fatos. Em nosso Programa, esconder os objetivos do grupo ou as conseqüências previstas de um determinado trabalho, ou mais grave ainda, esconder um dado importante levantado no diagnóstico, leva a encobrir intenções não reveladas e caracteriza-se como manipulação. Apresentar algo como verdadeiro sem checar sua veracidade é um outro lado da manipulação.

Numa democracia em equilíbrio e pleno funcionamento dos três poderes, a manipulação pode ser descoberta e é passível de punição, principalmente quando os lesados recorrem a instrumentos de indenizações ou ressarcimentos pela via legal. Mas a lentidão do sistema jurídico e o custo processual elevado demais para as populações pobres reduzem o efeito desse direito. Por essa razão, mesmo tendo diminuído muito, a manipulação é freqüentemente praticada na sociedade brasileira. Há legislações que mudam a partir de fatos desse tipo, às vezes para proteger futuras vítimas, outras vezes para proteger futuros causadores.

O degrau "terapia" (2) é também não-participação. Ocorre quando os possíveis lesados ou interessados em benefícios são estimulados a falar de suas queixas e anseios. As pessoas são chamadas a dar depoimentos sobre sua situação, normalmente de desespero ou de suprimento de necessidades básicas... e depois nada é feito para que o caso individual ou social seja resolvido. Esse degrau é mais sofisticado que a manipulação porque se utiliza de meios de expressão para esconder as verdadeiras intenções, mas acrescenta o fator da simulação, criando a esperança para contornar as exigências, e frustrando-a depois.



Há uma escuta "das lamentações" sem compromisso com qualquer ação transformadora da situação. A autora Arnstein chama de "terapia" para traçar uma caricatura de uma sensação à curto prazo de alívio que as pessoas sentem por ter podido falar, botar para fora o que lhes aflige e angustia.

Um determinado caso de levantamento de risco ambiental, por exemplo, que estaria causando pânico a uma comunidade, poderia ser tratado pela "terapia" nessa escada da participação. As pessoas são chamadas, é dada a elas o direito da palavra para colocarem seus medos, etc, e depois nenhuma providência é tomada por parte de quem teria poder de intervir, seja para averiguar a pertinência do medo ou transformar a situação, caso o risco fosse confirmado.

No diagnóstico participativo, os grupos devem evitar em chamar as pessoas para falar sem se comprometerem em dar continuidade aos seus projetos a partir do que afeta a comunidade. De outro lado, um grupo do "Mãos à Obra pelo Tietê" não é e nem pode substituir o governo: ele tem limites de decisão e atuação sobre a maioria dos fatos. Não pode resolver esses fatos por si só, mas pode preparar-se para realizar movimentos locais pelas questões que são da esfera socioambiental.

A "terapia" é um tipo de caricatura muito freqüente hoje na mídia brasileira. Os *realities shows* têm explorado os casos de tragédias pessoais e particulares, apresentando-os na mídia como se fossem regras para grande parte da população. O problema da exploração não está na semelhança de dilemas que o espectador e a espectadora podem identificar com o seu, do seu familiar ou do seu vizinho, mas na canalização da impotência em criar soluções e alternativas, restando apenas a chance de berrar ou lamentar. Por meio do ato de esbravejar e de chorar as próprias dores, raramente nos organizamos para transformar nossa realidade.

## Níveis de concessão mínima de poder

A subida da escada continua e alcançamos o degrau da informação (3). Este degrau representa o princípio da concessão mínima de poder. Sem informação precisa e atualizada, as decisões dos envolvidos não resultam em decisões firmes, pois não são fundadas em bases confiáveis. Informar e dar acesso à informação é o início da possibilidade de construção da cidadania. Em termos gerais, o Brasil tem evoluído muito quanto a este degrau da escada. Seja pela mídia, seja pelas comunicações diretas das organizações públicas ou privadas à sociedade, tem ocorrido um acesso maior a um conjunto mais fidedigno de informações para a tomada de decisão em várias dimensões: socioculturais, políticas, econômicas, ecológicas, educacionais, etc.

Comunicar com exatidão os objetivos do Programa e do grupo local, os dados colhidos com respeito às questões socioambientais, os impactos das degradações, as propostas e ações de prevenção e recuperação, balancetes de investimentos dos projetos, pode mostrar que a informação está sendo tratada como estratégia de aproximação entre organização e sociedade e entre os diferentes segmentos e atores sociais envolvidos na recuperação do Tietê.

Na área da administração pública verificamos os *sites* que informam a aplicação orçamentária por projetos, na área do direito ao consumidor há as chamadas de *recall* em horário e espaço nobre nas mídias. Nos momentos de calamidades, ao vivo, assistimos a um esforço em apresentar os fatos e a multiplicidade de versões, inclusive nas notícias políticas. A sociedade brasileira está se acostumando com o respeito à freqüência e transparência da informação.

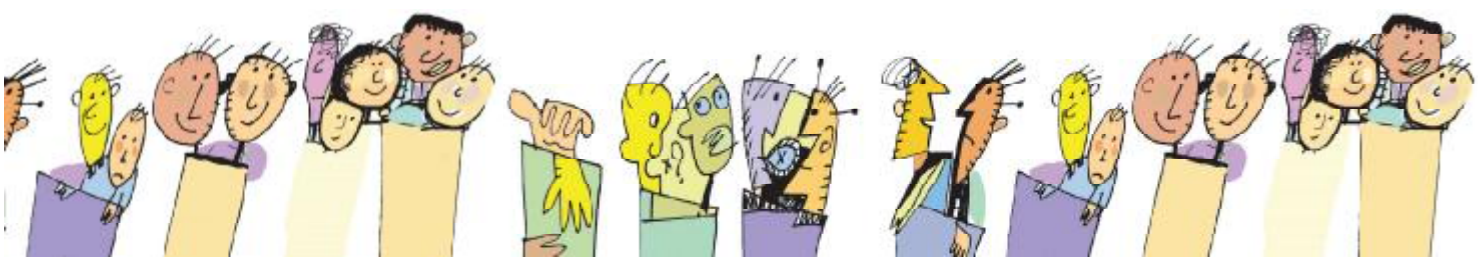
A expectativa do nosso Programa é que os grupos afiliados tratem os dados e as ações com muita transparência e os transmitam com o apoio dos monitores. Isto será muito importante para que o Programa ganhe credibilidade diante de toda a sociedade. A credibilidade será a porta de entrada de mais gente comprometida nas ações Pró-Tietê.

O degrau seguinte, da consulta (4), representa a transformação mais sofisticada ainda das relações de partilha de poder, porque pressupõe a formulação de perguntas e respostas. No caso de audiências públicas, por exemplo, esclarecimentos são prestados aos interessados para que no final eles possam ao menos opinar, a favor ou contra uma determinada proposta, como a instalação de um empreendimento ou equipamento que represente risco de impacto ambiental a uma determinada comunidade. É certo que, às vezes, os técnicos colocam informações em excesso que acabam confundindo as pessoas na hora de tomar a decisão, mas esse tipo de esforço para consultar tem simbolizado um avanço da democracia e da distribuição de poder na sociedade brasileira.

A consulta, mesmo que colocada dentro de uma margem de alternativas muito deterministas e restritas por parte do agente mais forte (mais poderoso), exige alguma troca mínima de posicionamento. A relação é frágil, pois não se pode falar de interação social, porém exige-se informações fidedignas e algum grau de debate, ainda que com cartas marcadas.

Consultar pressupõe lidar com o resultado da consulta, e esse degrau tem sido muito ocupado pelas iniciativas técnicas de aproximação com a sociedade. A construção do "Rodoanel de São Paulo", por exemplo, foi modificada pelo tipo de perfil de consulta que se realizou com a comunidade. A implantação do Projeto Tietê foi a própria expressão da população consultada sobre se o Estado deveria ou não investir na sua recuperação. Esse nosso programa existe em função de uma grande consulta e discussão que a Fundação SOS Mata Atlântica iniciou, daí a abertura a níveis mais comprometidos de participação. O projeto de cada grupo não deve se impor à sociedade local: deve ser firme no seu propósito, mas aberto à negociação com quem quiser mudar de atitude a favor do Tietê.





## Níveis de concessão mínima de poder (continuação)

A pacificação (5) é o último degrau no nível de concessão mínima de poder. Ela é ainda uma tentativa de tapar o sol com a peneira. Contudo, é um estágio evoluído da sociedade contemporânea. Quando reivindicações ou exigências mais complexas são impostas e não há condições ou vontade política institucional de atendê-las ou encaminhá-las para centros de poder com maior autonomia de intervenção, procura-se pacificar o grupo com doações ou soluções que não correspondem exatamente às demandas colocadas, mas que têm algum valor, o que acaba levando esse grupo a ficar "em paz" (o famoso "cala-boca").

Há diferentes modos de se pacificar o ator social: de forma unilateral, quando a decisão sobre qual será o meio de pacificação é tomada sem qualquer tentativa de interação; ou com diálogo e negociação de interesses. Numa sociedade cada vez mais politizada e consciente dos direitos como a brasileira, a pacificação tem sido uma maneira de concessão de poder muito utilizada pelas organizações públicas e privadas: dentro e fora dos partidos políticos, das empresas, dos movimentos sociais, das diferentes esferas de governo, etc, há uma prática de ceder alguma coisa sem uma sintonia específica com a demanda ou com a necessidade apresentada pelo lado mais fraco da correlação de forças e de poder.

A pacificação pode ocorrer quando uma determinada percepção de risco ambiental é acalmada com concessões de outra ordem da reclamada pelos denunciantes. Por exemplo, dar uma quadra esportiva comunitária para uma associação de bairro que reclamou do esgoto. Apoios materiais e imateriais são recursos de remediação, quando a prevenção não funciona. Confortar vítimas e parentes após acidentes ou catástrofes ou assumir custos de conseqüências indiretas dos mesmos, são casos típicos de participação no degrau pacificador.

O Programa "Mãos à Obra pelo Tietê", por exemplo, é justamente uma iniciativa da sociedade para subir degraus acima da pacificação. Queremos que os recursos empregados no Projeto Tietê resolvam o problema da sua recuperação, e não só melhore alguns aspectos aparentes. É claro que um projeto dessa monta exige muito mais envolvimento da sociedade, mas é por isso que nosso programa foi criado.

## Níveis de Poder Cidadão

A partir de agora, trataremos dos degraus que pertencem ao campo chamado por Arnstein de níveis de poder cidadão, pois aposta-se na habilidade de co-gestão e cooperação entre parceiros. Para isso, do 6º degrau em diante, deve haver o respeito ao saber dos outros, o diálogo e a empatia: o esforço para colocar-se no lugar do outro e procurar enxergar o mesmo fato ou objeto através da sua visão. Enfim, trata-se de estabelecer campos de compreensão mútua.

O degrau da parceria (6) tem sido o mais apontado como ideal nos discursos atuais de diversas esferas de relações sociais no Brasil. Parceria pressupõe negociação de objetivos comuns entre os atores que formam o conjunto parceiro.

A negociação de objetivos pode se dar de diferentes formas:

- uma organização elabora uma proposta e induz possíveis aliados a se interessarem pelas atividades e pelos seus resultados, seduzindo, sensibilizando e ganhando o aval dos demais pelo convencimento;
- uma organização muito poderosa tem uma intenção e sai procurando aliados que, por sua fraqueza ou por uma questão de sobrevivência, aceitam as condições, sem muita chance de colocar algo mais favorável ao seu perfil na parceria;
- organizações que já se identificam por suas missões elegem um problema ou um desejo que as unifica ainda mais e se juntam para se fortalecer e alcançar metas juntas;
- uma organização ou um grupo delas têm *know how* suficiente para um empreendimento a mais, porém não são conhecidas suficientemente na sociedade; buscam então agregar mais organizações com "marcas" conhecidas e com alguma identificação da área de atuação para obter maior credibilidade. Nesse caso, os proponentes aceitam carregar os esforços por sua conta, enquanto a organização mais famosa cede apenas seu nome em troca de sua promoção;
- outros tipos híbridos desses acima ou diferentes deles, estão surgindo a cada momento devido a formas mais criativas de relações sociais e inter-organizacionais.

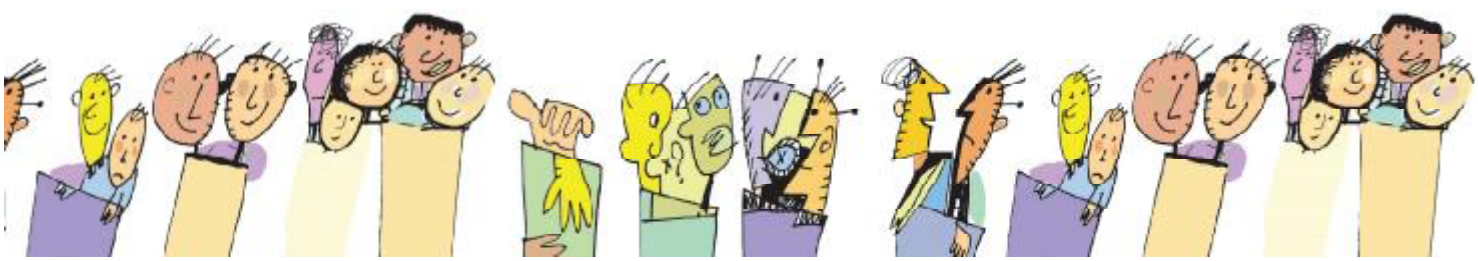
Essa grande gama de tipos de parceria indica como é nova a experiência social nesse degrau da escada da participação e como tem ocorrido um aprendizado profundo nessas formas de interação. Pode ser que, com o tempo, haja uma seleção mais específica desses tipos e que ocorram outras categorizações para diferenciar esse nível. Contudo, é preciso haver a identificação explícita das missões ou uma negociação transparente dos objetivos para que uma iniciativa dessas seja considerada parceria.

Nossa proposta com os grupos das microbacias é de parceria entre cada grupo com a rede dos grupos, com a Fundação SOS Mata Atlântica e demais parceiros do Programa.

Os grupos têm a força da presença local, da articulação de atores sociais interessados em fazer algo pela sociedade e pelo meio ambiente; têm também o conhecimento específico do que está acontecendo no local e a vontade de ampliar sua organização de modo a alcançar mais resultados. Em complementaridade, a Coordenação do Programa tem como oferecer apoio técnico e metodológico, articulação com esferas macropolíticas, poder de divulgação dos trabalhos locais na mídia, etc. Ambos, porém, têm o interesse de agir "Pró-Tietê". Esse ponto comum dá a base para a negociação de objetivos mais específicos que envolvem o diagnóstico participativo e os projetos que os grupos vão apresentar ao Programa. Temos aqui uma parceria ligada pelo coração, pelo sentimento a favor da vida; e pela razão, pelo que vai ser colocado no papel, "preto no branco", entre os grupos e a Coordenação do Programa.

Os limites da parceria ficam evidentes quando um dos parceiros não cumpre o papel assumido na realização do objetivo, sobrecarregando os demais. Pode ser que estes carreguem o peso por um tempo, mas dependendo do ponto de desequilíbrio a que se chegue, a parceria se





desfaz. Não é recomendado recusar a parceria pelo medo antecipado de que a separação tenha de ocorrer. Procura-se cercar a iniciativa de garantias e cuidados para que isso não ocorra, mas de toda forma o aprendizado que se ganha ao tentar a parceria, é mais importante que as perdas (se ela não der certo). Sob essa perspectiva otimista, toda parceria construída com consciência desde o princípio é chance de amadurecimento e geração de saber organizacional.

É recomendável que cada grupo, nesse Programa, se articule com parceiros locais: escolas, associações leigas ou religiosas, empresas e outros atores sociais que possam se revelar durante o diagnóstico participativo.

Na parceria ninguém pode entrar apenas por fraqueza ao ser coagido, uma vez que ela decorre muito mais da força e do potencial reconhecido de cada parte, ou seja, se há uma atribuição de valor positiva para ambos os lados dos parceiros, que combinam elementos complementares para formar um todo maior que a soma das partes.

O degrau (7) "delegação de poder", começa por uma distribuição ainda mais consciente de poder: mesmo alguém colocado em um posicionamento hierárquico baixo nas relações de poder, ou estando fora dele, poderá intervir concretamente e, num momento crítico, até interromper um fluxo de atividades que tenha a ver com a missão principal da organização.

A Fundação SOS Mata Atlântica conseguiu dar um passo nesse degrau quando constituiu uma comissão de acompanhamento das obras do Projeto Tietê II – uma organização de fora que fiscaliza a parte técnica e orçamentária da condução das obras com o aval dos principais financiadores. Podemos dizer, sem modéstia, que esse é um passo inédito em obras públicas de grande porte. Os grupos do Programa serão considerados integrantes indiretos desse processo.



Como limitação desse nível de participação, temos a necessidade de existência de regras e procedimentos bem claros e assimilados por todos; conhecimentos de alto nível intercambiados entre os envolvidos com as ações; disposição, por parte de quem detém o poder hierárquico no funcionamento organizacional, para não retaliar, entre outros fatores. Assim, vemos que não há tanta utopia em caracterizar esse degrau, embora haja ainda poucos exemplos de experiências nesse nível de relações participativas.

Não se pode ainda falar de uma tendência no desenvolvimento das sociedades em direção a esse degrau tão alto da escada de participação. Contudo, temos de tomar consciência de que ele representa uma possibilidade concreta em termos de abordagem participativa. Inclusive, em alguns casos de alto grau no compartilhamento de responsabilidades, tem de haver partilha também elevada no poder de decisão e de ação.

O "controle cidadão" (8) é o degrau mais elevado na tipologia da participação apresentada nesse texto. Pressupõe que qualquer cidadão, mesmo aquele tratado como excluído, possa intervir nos processos de tomada de decisão sobre qualquer coisa que lhe afete. Do preço do combustível ao fechamento integral ou parcial de uma empresa poluidora por apresentar risco à integridade humana e ambiental; ou seja, questões cruciais podem ser controladas ou interferidas por assembléias regulamentadas com a presença de qualquer membro da sociedade.

Em algumas esferas da vida privada encontramos ensaios de controle total por parte de todos os participantes, significando também a responsabilidade e o dever correspondente que deve ser assumido por eles. Essas experiências são momentâneas e não perduram em nenhum

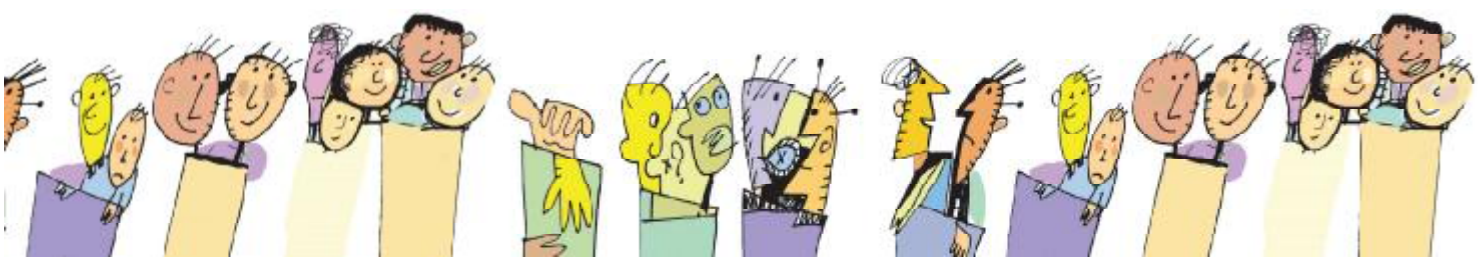
contexto. Assim, não há como afirmar que este degrau é alcançável, mas a tomada de consciência sobre ele dimensiona melhor a análise da fase que estamos vivenciando em cada ação social da qual tomamos parte.

Há uma flexibilidade previsível e necessária para a adoção prático-teórica dos conceitos e das dicas apresentadas até aqui, ou seja, não são receitas nem tão pouco servirão se os envolvidos não quiserem se inspirar por elas e tentarem atuar do degrau da "parceria" (6) para cima. Pelo menos, se os passos em direção à participação forem dados, mesmo que do degrau da "informação" (3) em diante, o aprendizado gerado com essa abordagem torna-se um ganho qualitativo para todos que estão se envolvendo em determinada questão. Devemos, porém, ter ampla consciência de até onde se está querendo chegar.

Sob esse ponto de vista, a responsabilidade social de cada grupo organizado em nosso programa se refere não apenas às ações realizadas, mas ao conhecimento partilhado que ele cria em suas interações com a Coordenação e com a sociedade local na sua microbacia.

Daqui para adiante, esse texto vai apresentar ainda uma discussão sobre indicadores socioambientais e, em específico, sobre os indicadores que o Programa "Mãos à obra pelo Tietê" apresenta para unificar a visão dos grupos num grande mapa coletivo do Alto Tietê.



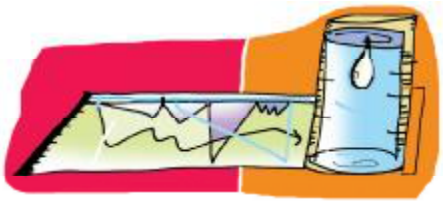


# AGIR Verificando os indicadores

**P**ara o seu grupo levantar dados sobre as condições ambientais e a percepção das pessoas a respeito da realidade local, vai precisar conhecer em que áreas e temas esperamos obter informações comuns: quais aspectos os grupos precisam observar para fazer uma boa descrição da realidade atual na sua microbacia? Que impactos queremos provocar com a intervenção do nosso grupo, isto é, que aspectos gostaríamos de mudar nessa realidade? Quem pode fornecer essas informações? Quem deve decidir o que precisa mudar ali? Quais mudanças são desejadas no geral? Haverá mudanças mais específicas a serem conseguidas em cada lugar?

A explicação que vem a seguir é justamente para que os grupos entendam bem como funciona o diagnóstico participativo e os impactos esperados. Essa é a base para a realização do projeto que o grupo vai apresentar de modo independente, porém integrado por temáticas comuns a todo o Programa. Assim, temos questões que são importantes para o Programa em geral e devem estar em todos os diagnósticos e projetos. Porém, vão aparecer outras, que cada grupo pode inserir em seu projeto por conta própria: de acordo com a realidade, com os interesses locais e com as suas aspirações.

## O que, para nós, vai ser considerado indicador?



Um indicador demonstra a modificação, o resultado obtido pela ação realizada num determinado intervalo de tempo. Você terá mais referências sobre indicadores quando estiver na fase de elaboração e gestão dos projetos.

Há indicadores de desenvolvimento socioeconômico que são quantitativos, compostos basicamente por séries estatísticas – por exemplo, as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. Os estudos da realidade por meio desse tipo de indicadores já estão amadurecidos e as discussões acerca deles tiveram início há mais de duzentos anos. No entanto, a preocupação com indicadores sociais e ambientais é mais recente, por isso as discussões sobre eles ainda ocupam grande espaço nos encontros que tratam de desenvolvimento, sustentabilidade, meio ambiente, Agenda 21, etc.

Centraremos nossa conversa nos indicadores socioambientais, pois eles serão a ferramenta de trabalho na fase do diagnóstico participativo e, depois, na realização e avaliação do projeto de cada grupo. Se você quiser conhecer um pouco mais sobre a construção desses indicadores, leia o capítulo "Para saber mais – breves considerações sobre indicadores socioambientais".

A partir de agora, você verá indicadores que devem ser observados e medidos pelos grupos já nessa fase de diagnóstico. Alguns se referem à organização do Programa visando características dos próprios grupos e seu relacionamento com a Coordenação do Programa; outros indicadores orientam sobre o que se vai observar no levantamento da realidade local.



Uma boa dica para identificar qual indicador é importante num projeto é perguntar nossas expectativas sobre o projeto: quais impactos e resultados queremos provocar? Devemos ter claro o que queremos!

## Indicadores dos grupos - para formação, vínculo e permanência dos grupos no programa

Como você deve ter concluído, uma primeira condição para o nosso Programa atingir suas metas é que os grupos formados sejam consolidados nas microbacias. Que qualidades e que condições esses grupos deveriam ter?

Consideramos importante que cada grupo seja:

- empreendedor e com iniciativa;
- formado por pessoas com espírito de liderança;
- formado por no mínimo 5 pessoas;
- capaz de "vestir a camisa" do projeto, multiplicando-o na comunidade;
- capaz de tecer uma proposta de trabalho.

Bom, essas são nossas expectativas acerca dos grupos participantes do Programa, e delas podemos extrair alguns indicadores. Conhecendo os indicadores, cada grupo pode fazer uma auto-avaliação para saber em que ponto está e onde quer chegar em sua organização.

Um indicador precisa ser descrito de modo que fique claro o que se espera especificamente dele. Com base na descrição, estabelecemos uma maneira (um método) para verificar se a expectativa ocorre ou não e até que ponto. Veja:

| EXPECTATIVA: GRUPO EMPREENDEDDOR E COM INICIATIVA | | |
|---|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** | **Método de coleta** |
| Empreendedorismo do grupo | Grupo é capaz de articular-se em torno de ideias protagonistas, com habilidade de analisar o cenário em que está inserido, propor ações que transformem a realidade com criatividade, humildade e sem uso da violência.<br><br>Os participantes que têm iniciativas próprias conseguem espaço e respeito do grupo para expô-las, favorecendo a inclusão social. | Currículo do grupo (para os que já existiam).<br><br>Carta de apresentação e intenções do grupo a ser enviada à Coordenação e monitores.<br><br>Observação (com o avanço do Programa). |

| EXPECTATIVA: GRUPO FORMADO POR PESSOAS QUE TENHAM ESPÍRITO DE LIDERANÇA | | |
|---|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** | **Método de coleta** |
| Espírito de liderança | As pessoas do grupo provocam inspiração e motivação nas demais.<br><br>Manifestam seu ideal e são referência na luta para a preservação ambiental e da vida.<br><br>Promovem a consideração individual e o estímulo à aprendizagem coletiva.<br><br>Cada qual cuida para que a divisão de tarefas não sobrecarregue os demais. | Currículo do grupo (principalmente para os que já existiam) e carta de apresentação e intenções do grupo a ser enviada à Coordenação e monitores.<br><br>Observação do modo de atuar em grupo nas reuniões e ao utilizar os materiais do programa. |



| EXPECTATIVA: GRUPO FORMADO NO MÍNIMO POR 5 PESSOAS | | |
|---|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** | **Método de coleta** |
| Tamanho do grupo | Grupo é constituído por cinco pessoas no mínimo, demonstrando capacidade de se associar por afinidade e ideais.<br><br>Grupos formados por participantes abaixo de 16 anos devem possuir um adulto responsável. | Carta de apresentação e intenções do grupo.<br><br>Cadastro. |

| EXPECTATIVA: GRUPO "VESTE A CAMISA" DO PROJETO E O MULTIPLICA NA COMUNIDADE | | |
|---|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** | **Método de coleta** |
| Envolvimento geral do grupo | Grupo escolhe e realiza o monitoramento da qualidade da água com a freqüência de 15 dias no(s) mesmo(s) ponto(s).<br><br>Grupo promove debates internos e externos com membros das comunidades da sua microbacia sobre o Programa e utiliza-se dos materiais disponibilizados.<br><br>Grupo envia as informações à Coordenação conforme os relatórios e mapas padronizados. | Resultados das análises de águas entregues no prazo e com qualidade.<br><br>Relatório do diagnóstico - qualidade e prazos.<br><br>Participação nos eventos de formação e encontros. |

| EXPECTATIVA: GRUPO CAPAZ DE TECER E PERSEVERAR NUMA PROPOSTA DE TRABALHO | | |
|---|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** | **Método de coleta** |
| Habilidades e capacidade de produção do grupo, com perseverança | Grupo capaz de realizar as atividades básicas propostas, produzindo as análises de água, o diagnóstico com relatórios e o projeto de ação local.<br><br>Grupo com idéias criativas e participativas para os temas do seu projeto e com relação às estratégias para sua execução.<br><br>Grupo consegue estabelecer parcerias locais.<br><br>Participantes completam diagnóstico, apresentam projeto e executam as ações propostas | Carta de apresentação e intenções do grupo.<br><br>Relatórios e dados enviados: consistência e continuidade.<br><br>Projeto: relação com diagnóstico, consistência, propostas de ação, estratégias e parcerias.<br><br>Tempo de permanência do grupo e de seus participantes no Programa. |

## Auto-avaliação e dicas para a consolidação do grupo através dos indicadores

Os exemplos de indicadores descritos acima são, ao mesmo tempo, informação e exercício:

- informação - pela transparência com que o programa quer se consolidar, deixando claro os critérios desejáveis através dos quais os grupos devem ser formados, integrados e mantidos na rede de grupos do "Mãos à Obra pelo Tietê";
- exercício - porque mostram como a Coordenação e os grupos participantes podem formular indicadores, já que eles serão a base para elaborar e monitorar os projetos criados pelos grupos.

Assim, para identificar os grupos mais aptos a compor de imediato a grande rede do "Mãos à Obra pelo Tietê", cada grupo candidato:

participou de reuniões de apresentação do Programa e entregou à Coordenação uma carta de apresentação contendo:

- quem é o grupo (nome, local, objetivo e breve perfil dos participantes);
- o que o grupo já fez (histórico de atuação, como e porque se reuniu);
- por que pretende participar do programa;
- o que pretende fazer.



Por último, vai fazer e entregar à Coordenação uma auto-avaliação baseada nos indicadores citados acima.

Existem muitas maneiras do grupo realizar essa auto-avaliação. Vamos dar dois exemplos aqui e, no mais, contamos com a criatividade na forma de conduzir isso internamente. Uma coisa é importante: que todos os grupos sigam os mesmos indicadores básicos. Se criarem outros indicadores não há problemas, é só relatá-los e acrescentá-los logo em seguida aos indicadores básicos que são de interesse do Programa.

Um primeiro exemplo: para trabalhar com esses indicadores relativos à Formação e à Organização do Grupo, usar notas de 0 a 10. O grupo se reúne, discute em separado cada indicador, juntamente com sua descrição; analisa qual a sua situação em relação ao respectivo indicador; e atribui a si próprio uma nota. O importante é que a nota seja um consenso de todos os participantes.

Não é recomendável que haja uma votação do tipo "nesse item houve duas notas 6 e quatro notas 8 e, após votação, pela maioria, venceu a nota oito". Sugerimos paciência para cada um ouvir e falar, na mesma medida, gerando chances para uma análise aprofundada sobre os potenciais e riquezas do grupo, bem como os pontos que precisam ser melhorados. Deve-se evitar ataques e defensivas mútuas. Esse procedimento de formação de consenso vai representar um grande ganho de maturidade ao grupo que será sentido lá na frente, na hora de realizar os trabalhos mais áridos, como elaborar os relatórios e os projetos.

Um segundo exemplo: seguindo as recomendações de consenso, escuta e paciência explicadas acima, mudar o conceito de nota para o de uma palavra de qualidade. Assim,

no item "empreendedorismo", por exemplo, escolhem-se palavras que descrevam o nível desse aspecto no grupo - como "muito forte" ou "frágil, com poucas iniciativas" e assim por diante.

A auto-avaliação, quando feita com respeito a si e às regras do coletivo, é o melhor instrumento para que se desenvolva uma consciência do que podemos fazer e cada vez melhor. É claro que um olhar de fora sempre ajuda, mas quando se age com honestidade para consigo próprio, o olhar externo é complementar, um auxílio. Quando não praticamos isso, o olhar externo é percebido como uma agressão e partimos para a defensiva, o que normalmente é improdutivo para as relações humanas. O enfoque participativo proposto para esse Programa será favorecido pela presença de pessoas abertas para as avaliações, tanto internas como externas.

Se o grupo quiser, ao se candidatar ou no momento de enviar seu primeiro relatório, pode mandar junto sua auto-avaliação com respeito aos indicadores de formação e credenciamento dos grupos (dos quadros acima). Como vimos anteriormente, o indicador começa a valer, de fato, quando temos duas medidas ou mais para acompanhar a evolução. Será muito enriquecedor se tivermos uma avaliação na "fase zero", ou seja, naquele momento em que estamos nos inserindo ao Programa. Depois, nas demais fases, em outros momentos, deve-se realizar nova auto-avaliação centrada nos mesmos indicadores. Enviando ou não essas auto-avaliações para a Coordenação, o grupo fará seu próprio acompanhamento, estabelecendo prazos para verificar seus indicadores grupais de modo a se aperfeiçoar.

# Indicadores Socioambientais

**N**ossa atividade-fim é agir pela localidade, pela microbacia, sub-bacia e bacia do rio Tietê. Os indicadores já citados estão voltados ao aspecto da organização humana. Mas essa organização existe com a finalidade maior de recuperar o rio Tietê e as condições de vida à sua volta. Por isso, devemos apresentar os indicadores com respeito às questões socioambientais. Eles ajudarão os grupos a colher as informações mais importantes na fase do diagnóstico participativo; a priorizar as ações segundo as necessidades locais; e a elaborar os projetos, dando muito mais consistência a estes quando partirem para a fase de "pôr a mão na massa" a favor da transformação da realidade.

Nesse caso, os indicadores se tornam ainda mais importantes, pois permitem "medir" a situação inicial e depois verificar periodicamente se os projetos dos grupos estão causando impactos favoráveis em direção às metas que unem as pessoas.



Os indicadores devem gerar um mapa de referência para o trabalho dos grupos. Esse mapa vai mostrar o resultado do diagnóstico realizado pelos grupos através de indicadores ambientais ligados à qualidade das águas, ao saneamento e à despoluição do Tietê, associados a indicadores sociais relacionados a condições de vida e ao grau de organização da sociedade. Ao final, cada mapa local de microbacia vai se juntar aos demais para formar um grande mapa das bacias hidrográficas do Alto e Médio Tietê.

## Qualidade e quantidade da água

Para esse indicador, já há orientação específica, que é divulgada através dos materiais e monitores do Programa "Mãos à Obra pelo Tietê".

A descrição deste indicador vai acompanhar os itens que o kit de análise físico-química e biológica da água dá como cobertura. Não seria possível transferir um laboratório sofisticado para cada grupo verificar todos os prováveis contaminadores da água que são aferidos por instrumentos de alta precisão, para julgar se os componentes estão dentro do que a legislação considera ou não poluição.

A metodologia que acompanha o kit tem sua validade reconhecida por vários grupos técnicos da área ambiental e nos possibilita uma percepção que vai além dos palpites que podemos dar pelo olhar e olfato. Os reagentes do kit vão nos indicar, com boa aproximação, qual a situação da água, baseada em certos componentes que podem estar poluindo nossos riachos, ribeirões e rios.

O que importa é o grupo coletar a amostra de água sempre nos mesmos pontos, analisar essa água com os reagentes e enviar a informação dos resultados à Coordenação do Programa.

Essa operação de "Monitoramento da qualidade da água" terá seus resultados divulgados periodicamente pelo Programa.

Os pontos que foram escolhidos pelo grupo para fazer a amostragem estarão plotados num grande mapa da bacia do Alto Tietê e, junto a eles, vão aparecer os dados das análises, desde o momento em que o grupo começou a coleta. É necessário haver um intervalo igual entre as coletas porque os problemas não surgem de uma só vez. E a evolução no tempo pode ajudar a descobrir causas e soluções. A importância dos grupos como monitores da qualidade da água é crucial e de muita responsabilidade.



A humanidade precisa de água em certa quantidade, além de qualidade. Por isso, é importante monitorarmos a quantidade de água disponível, bem como procedimentos, hábitos e atitudes que ajudam a conservar ou levam ao desperdício da água. O grupo deve observar:

- comportamentos de desperdício, tais como deixar mangueiras abertas, lavar calçadas ou automóveis esbanjando água, empregar tecnologias intensivas no uso da água, etc;
- disponibilidade da água: Há regiões onde falta sistematicamente? Onde? Em que períodos costuma faltar?
- redução do volume de água nos rios, córregos e represas: Há assoreamento? Há fontes que foram destruídas? Há fontes que estão secando?

Outro dado importante é o tipo de uso da água. A água que as pessoas e as empresas utilizam vem de onde: é água tratada da Sabesp ou de outra empresa municipal de águas? Se vem de poço, qual a condição de tratamento? Vem de rio/ribeirão/represa diretamente? Recebe algum tipo de tratamento (filtrada, fervida)?

Para a boa conservação da qualidade e quantidade da água é preciso uma série de cuidados, chamados de manejo da água. Assim, verifique: há cuidados com a preservação das fontes? E das margens dos rios (há mata ciliar)? Os rios ou córregos correm em seus leitos naturais ou foram retificados/canalizados? Em que áreas o esgoto é canalizado? Onde há fossas? Onde não há fossas nem canalização? As águas usadas por empresas são tratadas? Onde são lançadas?

Veja, a seguir, um quadro com os demais indicadores socioambientais e com suas respectivas descrições para o Programa.

A maneira de coletar as informações e os dados sobre cada indicador virá mais adiante, quando o diagnóstico participativo for apresentado mais detalhadamente, bem como o mapa de trabalho para registro de localização dessas informações.

| QUADRO DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA | |
|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** |
| Risco de poluição ambiental por efluentes<br>(REL = Risco de Efluentes Líquidos)<br> | Este risco tem a ver com a poluição em estado líquido, isto é, que escorre pela gravidade e se junta ao curso d´água pela ´boca de lobo´ ou por ligações diretas ao canal ou veio de água.<br>Existem empresas que são muito conhecidas como geradoras de efluentes poluídos, e os órgãos oficiais costumam exigir várias medidas para autorizarem seu funcionamento, ficando elas sujeitas a fiscalização constante.<br>Existe, porém, o que chamamos de ´pontos de potencial de poluição´, como tinturarias, cemitérios, empresas limpa-fossa, lavouras em que se usam herbicidas (como o mata-mata), restaurantes, pequenas oficinas, postos de gasolina, por exemplo, que não são submetidos a uma fiscalização rigorosa mas que têm potencial de gerar efluentes de risco ambiental, mesmo que em quantidades menores. Muitos desses estabelecimentos são cuidadosos, respeitando o ambiente; mas os que não são podem causar grave poluição.<br>Podemos localizar esses pontos no mapa e descrever como despejam ou lavam seus dejetos; sendo possível, deve-se caracterizar o tipo de produtos que manuseiam em quantidade tal que suas sobras podem escorrer muito facilmente para a bacia, deixando aspectos de contaminação.<br>Lagoas de contenção de efluentes paradas em fundo de terrenos ou empresas, sem qualquer tratamento, também podem ser indicadas. |
| Esgoto<br>(ECA = Esgoto à Céu Aberto)<br>(ELC = Esgoto em Ligação Clandestina)<br> | Esgoto é um efluente, como no indicador acima, contudo vamos separá-lo como um indicador à parte, principalmente. para caracterizarmos esgotos domésticos ou industriais à céu aberto que escorrem por vias ou vielas; ou ligações clandestinas que são despejadas diretamente nos veios de água. |
| Áreas de inundação<br>(AI = Área de Inundação)<br> | São aquelas áreas que inundam quando chove.<br>Para caracterizar a inundação, podemos observar a água que sai ou fica fora do seu leito normal de escorrimento. |
| Resíduos sólidos / lixo<br>(DIL = Despejo Irregular de Lixo)<br>(CS = Coleta Seletiva)<br> | (a) Sobras de qualquer material no estado sólido que tenha ou não o potencial de escorrer junto com a água para o leito da bacia: é preciso localizar no mapa as áreas de despejo irregular e/ou de acúmulo desses dejetos sólidos (lixo), bem como os setores onde não haja serviço de coleta regular (inclui despejo de embalagens, resíduos de fossa, entulhos, etc.).<br>(b) Iniciativas de coleta seletiva, de reciclagem ou reaproveitamento de materiais, barracões de catadores ou sucateiros e outras formas locais de uso dos resíduos sólidos: registrar e caracterizar essas iniciativas. |

| QUADRO DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA | |
|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** |
| Cobertura vegetal/ arbórea<br>(CV = Cobertura Vegetal)<br>(DM = Desmatamento)<br> | Árvores nativas ou plantadas que formam pequenos nichos de sombra e proteção (matas ou bosques) em áreas públicas ou privadas. Será necessário caracterizar a existência dessas áreas, se há desmatamentos avançando nelas ou medidas conhecidas para sua proteção, apontando de quem são as respectivas iniciativas. |
| Erosão<br>(ER = Erosão)<br> | Solo descoberto ou coberto que apresenta sulcos, valas, infiltrações de água, desmoronamento, deslocamento ou escorrimento de terra, escavações e postos de areia. |
| Ocupação irregular<br>(OI = Ocupação Irregular)<br> | Áreas que foram ocupadas de modo irregular por habitações, construções de outros usos econômicos ou sociais e que são conhecidas por estarem sem a regulamentação devida. |
| Obra ou intervenção sobre curso de água<br>(OSA = Obra Sobre a Água)<br> | Qualquer obra que foi ou está sendo realizada e que desvia, modifica ou interfere diretamente no curso de água natural da microbacia. Por exemplo: canalizações de córregos, construções nas margens, construção de piscinões, etc. |
| Perfil socioeconômico<br>(dados diversos)<br> | A microbacia em geral é formada por algumas sub-regiões nas quais predominam certos tipos de usos e instalações que devem ser identificados - por exemplo, zona industrial, zona residencial, habitações precárias, pequeno comércio, residencial com corredores comerciais, etc.<br>Para a microbacia toda ou para suas partes, o grupo pode levantar dados sobre a situação socioeconômica em geral, como renda média familiar, emprego/desemprego, jovens e adolescentes com poucas oportunidades de inserção social, segurança, oferta e procura de escolas, cursos, centros de vivência e lazer. |

| QUADRO DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DO PROGRAMA | |
|---|---|
| **Indicador** | **Descrição** |
| Movimentos e equipamentos sociais (MS = Movim. Social) (ES = Equipam. Social) | Será importante descobrir se existem e como são as organizações locais ou entidades de iniciativa pública ou privada que movimentam as pessoas da microbacia para ações a favor de melhorias das condições de vida, questões ambientais e, principalmente, voltadas à recuperação da qualidade da água. Da mesma forma, os movimentos culturais, escolas ou rádios locais e comunitárias que tratam ou gostariam de tratar de questões sobre qualidade de vida e meio ambiente. Existem conselhos como CONDEMA, de Saúde, Tutelar? Sub-comitê de bacia hidrográfica? Existe Promotoria de Justiça do Meio Ambiente? Em todos os localizados, apresentar o grupo! |
| Doenças ou epidemias (DE = Doença, Epidemia) | Identificar quais são e onde ocorrem as doenças mais freqüentes nos moradores da microbacia, principalmente as que são atribuídas aos vetores relacionados com o meio ambiente, ao mal uso da água natural ou tratada, à alagamentos, etc. |



Esses indicadores, além de serem a base de interesse da "conversa" entre os grupos e a Coordenação do Programa, são temas para as perguntas e observações que o grupo irá fazer durante o diagnóstico. Mais tarde, isso vai facilitar a escolha do foco de ação do grupo para os resultados desejados: manter, melhorar o que está indo bem e reverter as situações indesejadas.

Mais adiante, o grupo vai poder avaliar, pela qualidade ou quantidade, quais foram os impactos com relação a esses indicadores monitorados.

Para não estender muito o assunto, nesse quadro de indicadores socioambientais não colocamos as expectativas a que eles estão relacionados.

Mas, a título de exemplo, pode-se propor uma expectativa central:

"A sociedade produz e consome para suas necessidades e prazeres, mas deve fazer isso com responsabilidade em relação aos indivíduos e ao meio ambiente, ou seja: se gera dejetos efluentes ou sólidos, que dê a eles o devido destino e tratamento; se utiliza os recursos naturais, que dê a eles a chance de se renovarem e continuarem a ser 'casa' (oikos/oca) acolhedora para a vida em toda a sua beleza e exuberância, incluindo toda a diversidade".

Essa hipótese genérica dá a base aos nossos indicadores, que são alguns dos mais importantes, no momento, para que uma bacia hidrográfica garanta a vida com dignidade.

# Partindo para a prática do diagnóstico

**V**amos imaginar que o grupo está formado, reconhece e partilha as referências que o une à grande rede dos demais grupos e à Coordenação do Programa "Mãos à Obra pelo Tietê". O grupo já sabe o que se espera dele enquanto uma organização local dentro da microbacia, e agora vai se preparar para sair à campo baseado nas referências de participação e responsabilidade socioambiental, tendo inclusive definido um conjunto de indicadores básicos para focar sua atenção.

## Equipe de diagnóstico

A equipe responsável pelo diagnóstico é formada por membros do grupo que aceitam o desafio de se dedicar a essa tarefa. Mas ela pode ser acrescida por outras pessoas (atores locais) que queiram contribuir nessa fase, mesmo que não possam agir com o grupo depois. Como exemplo desses atores, podem se agregar pessoas atuantes e com disposição, em especial: líderes de programas culturais ou comunitários, agentes de saúde, professores, arte-educadores, líderes de associação de bairro, etc.

É importante, para a boa qualidade do diagnóstico, que a equipe seja o mais "sincretista" possível – com pessoas de diferentes formações, idades, origens sociais, com homens e mulheres, pessoas extrovertidas e introvertidas, etc. Embora isso seja mais desafiador, a equipe fica muito mais propícia a lidar com a diversidade de pessoas, acontecimentos e tipos organizacionais.

Os membros da equipe serão chamados de "mediadores" do diagnóstico.

A prática começa com um encontro entre esses participantes, para conhecimento e entendimento do processo, antes de sua aplicação efetiva: é a "reunião de preparação do diagnóstico" realizada, se possível, em um dia inteiro ou dois dias consecutivos para um maior aproveitamento por parte de todos.

Essa reunião pode seguir o roteiro que apresentamos a seguir.

## Reconhecendo os limites da microbacia

1. Procure os lugares mais altos da área em que o grupo quer atuar;
2. Desses pontos, girando o olhar em 180º, haverá um lugar no perfil do horizonte que é o mais baixo, para onde "escorrem as águas da bacia";
3. A partir de dois ou três pontos de observação diferentes, haverá uma direção que se repetirá como sendo o lugar mais baixo. É muito provável que para lá deva fluir o veio de água principal da microbacia;
4. Descendo no sentido deste veio de água, o grupo faz como se fosse a água da chuva e vai "rolando" até chegar num ponto em que: ou vai avistar um córrego maior onde o veio desemboca ou verá um lugar mais plano de onde vêm águas de outro lugar;
5. Nesse ponto, o grupo pode delimitar o fim da microbacia em que vai atuar;
6. Desse ponto mais baixo, olhar em 180º para o horizonte do sentido oposto ao que estava descendo, demarcando os morros e suas ruas que fazem o limite mais alto da microbacia no mapa.

## 1 Formação da equipe

- Todas as pessoas se apresentam;
- alguém conta como o grupo se formou e como se envolveu no "Mãos à Obra pelo Tietê" – mostra o material, a região (microbacia) sob seus cuidados, etc;
- alguém explica o que é o diagnóstico, para que vai servir, a que fase está vinculado dentro do processo como um todo e as condições e os prazos para sua realização;
- cada participante fala de suas expectativas, indica suas possibilidades e declara seu compromisso em trabalhar na equipe do diagnóstico até o final das atividades;
- a equipe toda reflete sobre o perfil desejado e atitudes favoráveis para a maior eficácia dos métodos de campo e identifica os papéis provavelmente mais adequados a cada um (depois todos experimentarão os diferentes papéis, podendo-se confirmar quem tem de fato mais perfil para determinada função).



## 2 Planejamento da ação de campo

- A equipe analisa os passos a serem dados e discute duas coisas: o objetivo do diagnóstico e o roteiro de temas;
- a equipe lê, discute e assimila: as técnicas de campo, como se faz o registro das falas e observações durante a aplicação das técnicas, e como esses registros são usados na elaboração dos relatórios;
- a equipe define um cronograma de ação: quem se responsabiliza pela aplicação de quais técnicas, para quais públicos, em quais dias, com apoio de quem, etc.
- Os assuntos indicados acima serão apresentados a seguir.

## Perfil desejado e atitudes bem-vindas nos mediadores

Para que nesse trabalho o grupo suba nos degraus da escada de participação, precisa prestar atenção em alguns comportamentos muito relevantes para que o diagnóstico participativo dê certo. Essas atitudes não têm por base julgamento moral e, sim, o fato de que o diagnóstico só funciona com as seguintes condições:

- os mediadores do diagnóstico participativo devem acreditar sinceramente que irão aprender, com as pessoas, ou seja, necessitam ter um espírito de participação desenvolvido, sem demagogias e atitudes populistas de fingirem-se aprendizes de outras formas de saber que não valorizam de fato. Assim, ter verdadeira humildade a respeito do seu próprio conhecimento, reconhecendo que tudo o que sabe é importante, porém é apenas uma forma do conhecimento;
- ter um interesse verdadeiro naquilo que os informantes e colaboradores sabem, falam, mostram e fazem – muitas vezes, a não resposta (o silêncio de alguém) já simboliza uma importante resposta, por isso o mediador precisa ser flexível e saber se orientar pela dinâmica imediata do levantamento sem perder seus objetivos de vista e não forçar ninguém a nada;
- ser respeitoso para com todas as pessoas com quem se está trabalhando;
- ter uma capacidade especial de prestar atenção e ter muita paciência. Essa paciência se mostra também ao explicar constantemente quais são os interesses, os objetivos e "sonhos" do grupo e o que se espera do processo. Além do mediador se apresentar e falar claramente qual sua função e seu papel ali, ele precisa repetir isso várias vezes, porque não vai ser entendido por todos na primeira hora. É que muitas frases oralmente claras serão apenas compreendidas na vivência adiantada do processo, não por qualquer incapacidade de quem fala ou de quem ouve, mas pela profundidade dos significados que a inovação do "Mãos à Obra pelo Tietê" representa. Cultivar a virtude da paciência é, portanto, crucial;
- dominar os instrumentos que encorajam os participantes da comunidade a falar, expor, explicar, ampliar e analisar o seu saber, sempre se comprometendo com o registro e a sistematização do que o trabalho gera no seu desenrolar.



**ATENÇÃO:** As pessoas que têm necessidade de falar muito apresentam soluções prontas e fora do contexto para qualquer problema que apareça, impondo seus pontos de vista sem ponderar o dos demais. Indicam, assim, que não estão muito preparadas para estar à frente como mediadoras. Provavelmente, possuem aspectos individuais a serem aprimorados antes de se aplicarem em diagnósticos participativos. Se não for o caso de afastá-las por um tempo, precisam ser colocadas em equipes com lideranças inspiradoras fortes.

## O mediador como um animador

O papel do mediador é de condutor, animador, provocador e pacificador dos ânimos, de modo a garantir que todas as idéias fluam. A paciência, nesse caso, é fundamental, pois mesmo que equivocadas, as idéias lançadas por algum participante não devem ser descartadas pelo mediador. No máximo, ele deve questioná-las através de indagações do tipo: Como? Quando? Onde? E por que? Como o grupo avalia essas afirmações de fulano? Devemos deixar que a comunidade reunida seja o filtro das visões, conclusões e resoluções.

Nas equipes de campo é necessário sempre alguém mais descontraído para falar e ouvir (o "animador"). Aquele que encoraja a equipe e os colaboradores/informantes a relaxar durante os encontros. É freqüente, em contatos de pessoas com níveis de formação escolar muito discrepantes, que os participantes adotem uma espécie de discurso formalizado, posturas corporais rígidas, olhares dirigidos a pontos fora do grupo (por exemplo, a um cartaz afixado na parede). O mediador-animador que vai na frente da equipe, não pode hesitar em estar sempre olhando nos olhos das pessoas, sendo cordial e procurando deixá-las tranqüilas durante o encontro.

Enfim, o mediador tem que combinar essencialmente duas virtudes sem, é claro, deixar de se observar e se aprimorar com relação a outras: a generosidade e a compaixão, no sentido que André Comte-Sponville as apresenta:



> *"Mas voltemos à generosidade. Que a solidariedade pode motivá-la, suscitá-la, reforçá-la, não há dúvida. Mas ela só é verdadeiramente generosa desde que vá além do interesse, ainda que bem compreendido, ainda que partilhado – logo, contanto que vá além da solidariedade! (...) ser generoso é saber-se livre para agir bem e querer-se assim" (...).*
>
> *"Compartilhar o sofrimento do outro não é aprová-lo nem compartilhar suas razões, boas ou más, para sofrer; é recusar-se a considerar um sofrimento, qualquer que seja, como um fato indiferente, e um ser vivo, qualquer que seja, como coisa".*
>
> [André Comte-Sponville. Pequeno tratado das grandes virtudes. São Paulo: Martins Fontes, 1998].

## Anotadores/Observadores

As equipes de levantamento necessitam ser compostas pelos mediadores-animadores e pelos mediadores voltados aos registros e à observação. Mais adiante você verá como se recomenda fazer as anotações e o tipo de planilha a ser usada.

No caso do anotador/observador, as características e os aspectos comportamentais são os mesmos do animador, salientando que as anotações e observações devem ser precisas, pois são fundamentais para a análise dos dados levantados e elaboração do relatório do diagnóstico. Por isso, é importante que os anotadores/observadores estejam muito atentos às atividades realizadas, além de envolvidos.

O registro é como uma "carta de navegação" que mostra os rumos a serem seguidos. É a melhor forma de nos levar a perceber os avanços obtidos num processo. Auxilia a compreensão das metas já alcançadas e das ações que devem ser planejadas. Quando você registra e relata expectativas e fatos já ocorridos, acaba favorecendo a visualização de ações ainda necessárias. E, assim, fica preparado para o planejamento, para construir o projeto. Registrar não é um mero ato burocrático. É garantir um lugar na História e se tornar sujeito dela.

Sabemos bem o quanto as situações vão se alterando no decorrer de um processo. Às vezes, a entrada ou saída de uma pessoa na equipe já basta para alterar por completo as características do trabalho. E é muito natural que isso aconteça. Porém, essas mudanças situacionais podem representar uma alteração de rota tão violenta que, se não tivermos em mãos nossos registros, "nossa carta de navegação", podemos naufragar no percurso.

As anotações devem ser o registro fiel das falas expressas durante a aplicação das técnicas. Como em geral as respostas saem espontaneamente, é impossível anotar o conteúdo na hora de modo muito organizado. Assim, anota-se primeiro de acordo com a seqüência das falas, para não se perder nada; e depois, nos intervalos entre as aplicações das técnicas, passa-se a limpo, classificando as expressões e observações de acordo com os tópicos do roteiro e dos indicadores.

O passar a limpo é a tarefa que mais demonstra o respeito à equipe e aos participantes em geral. Normalmente, não será possível escrever o relatório a muitas mãos, por isso os relatores finais terão de compreender o que os anotadores colocarem no papel.

Quanto às anotações nos quadros de sistematização de dados brutos (ver tópico adiante), devem ser feitas exatamente como foram ditas, com frases completas, que façam sentido, de forma a poderem ser analisadas. Por exemplo:



Na folha de anotações há um cabeçalho com dados muito úteis e importantes. Indicam as pessoas com as quais se está aplicando a técnica, o nome desta, a data, o número dos participantes, etc. Afinal, dependendo da abrangência do diagnóstico, a memória nos trai e informações do contexto local acabam se confundindo, o que prejudica a qualidade do relatório final.

Para a aplicação das técnicas, a equipe deve ser composta de um mediador-animador e pelo menos dois anotadores, com sintonia e envolvimento entre eles, o que facilita muito o processo. Facilitaria mais ainda se a equipe criasse o hábito de avaliar diariamente o andamento do diagnóstico, com total liberdade de reforçar os pontos positivos, criticar, opinar e expor suas idéias, de modo a garantir a qualidade e veracidade do diagnóstico, bem como cultivar um bom clima de interação, praticando o perdão.

É recomendável que, ao longo dos trabalhos, todos experimentem os diversos papéis na equipe. Mas, com o tempo, algumas pessoas mostrarão nítida "vocação" para determinados papéis...

| NÃO RECOMENDÁVEL | RECOMENDÁVEL |
|---|---|
| Ele acha que não tem lugar para as crianças brincarem.<br><br>Foi insinuado que alguns professores se tornam agressivos quando questionados sobre seus métodos de ensino. | Não tem lugar para as crianças brincarem.<br><br>Tem professores ignorantes quando a gente tenta pedir para eles melhorarem as aulas. |

No quadro abaixo mostramos uma síntese das atitudes que ajudam e daquelas que atrapalham o bom andamento e o resultado do diagnóstico.

Deixar-se avaliar pelos membros da equipe quanto aos aspectos acima é muito importante. Essa avaliação deve ocorrer simultaneamente ao trabalho, nas horas de pausa do levantamento. Esses momentos são especiais para o aprendizado sobre a participação. Primeiro, ouvir sem se defender até o final da fala de cada um da equipe, depois levar consigo as observações dos colegas, refletir sobre elas e, num outro momento, dar um retorno ao grupo sobre o assunto. Isso é investir no autodesenvolvimento. Às vezes, pode doer um pouquinho, mas crescer dói mesmo...

As técnicas apresentadas a seguir são orientações de trabalhos de campo que precisam ser bem compreendidas, pois a sua compreensão profunda é que garante a abertura ao dinamismo na hora do diagnóstico. Compreendendo o "espírito da coisa", seremos mais flexíveis, sem tomar as dicas expostas aqui como receitas ou regras que não podem ser transgredidas.

| ATITUDES E CONDUTAS QUE AJUDAM | ATITUDES E CONDUTAS QUE ATRAPALHAM |
|---|---|
| Tenha em mente que qualquer técnica segue uma estrutura que foi organizada pela equipe tendo em vista um objetivo. | Aceitar a primeira resposta sem testar todos os tópicos, sem pedir exemplos ou detalhes do interlocutor. |
| Fique relaxado, mas conserve a intensidade e concentração do seu papel. | Perguntar o que possa ser simplesmente respondido com sim ou não, ou seja, como uma pergunta induzida. |
| Explique com toda clareza quem você é e quem a equipe é. | Interromper o (a) informante. |
| Continue perguntando e animando, com ajuda dos seis auxiliares: Que? Quando? Onde? Por quê? Como? Quem? | Colocar respostas na boca de um interlocutor que está hesitando. |
| Questione um tópico com perguntas como: | Dominar a situação utilizando-se de comportamento não verbal inadequado, preconceituoso, que inibe ou julga o conteúdo ou a pessoa que o expressou. |
| O que você quer dizer com isso? | Consumir muito tempo dos interlocutores. |
| Conte-me mais sobre o assunto! | Mostrar condenação ou nojo por condições locais ou bebidas e comidas oferecidas. |
| Quer falar alguma coisa mais sobre isso? | Desacreditar ou criticar, mesmo que só com um sorriso. |
| Mas, por quê? | Fazer perguntas que contenham duas questões, como: 'Você tem um centro de saúde aqui, e está contente com ele?'. |
| Avalie as respostas: elas são fatos, opiniões ou rumores? | Levar o interlocutor a se sentir como se estivesse sendo formalmente inquirido. |
| Mantenha uma atitude neutra e preste muita atenção a comportamentos não verbais. | |
| Anote cuidadosamente, com atenção aos detalhes, durante ou logo depois. | |
| Anote os nomes dos informantes. | |
| Tenha uma atitude aberta e esteja preparado(a) para as bons ou maus momentos durante as entrevistas e demais técnicas. Se for insatisfatório ou se a(s) pessoa(s) têm dificuldades muito acentuadas em se expressar, despeça-se educadamente e saia. | |

# Passos para o Diagnóstico

**A** equipe do diagnóstico já está formada, preparou-se e estudou o que vai fazer, dividiu as tarefas entre os mediadores segundo os perfis mais apropriados. Entra, então, na fase de planejar as ações de campo propriamente ditas.

## Definir e tornar bem claros os objetivos do levantamento sobre a realidade e a percepção ambiental (identificação do propósito relevante comum do grupo)

Nesta etapa, a equipe se questiona quanto à intencionalidade de aplicação desse diagnóstico:

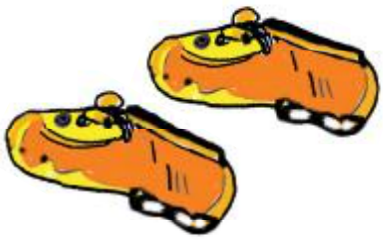
- o que queremos saber?
- para que queremos saber?
- o que será feito com estas informações?

O grupo define, assim, o objetivo do seu diagnóstico participativo.

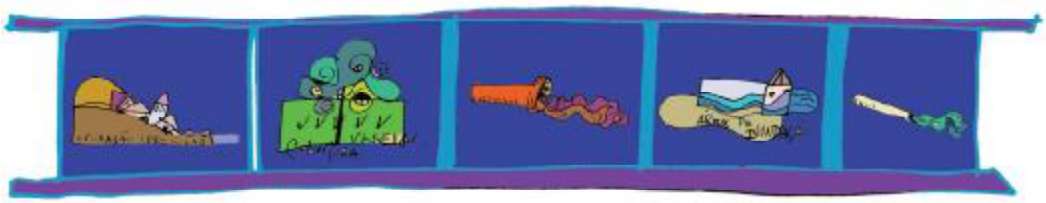
Essas perguntas podem parecer óbvias, pois o grupo faz parte de um programa que colocou como objetivo conhecer bem a realidade de determinada microbacia para informar à rede de grupos e para elaborar o seu projeto. Está certo que essa é a finalidade do diagnóstico, mas quando a gente se faz essas perguntas, permite que a equipe se abra para outras possibilidades e usos que deseje para seu trabalho com a sociedade e o meio ambiente local.

O objetivo geral do diagnóstico, formulado pela equipe, deve ser a primeira fala dirigida ao público quando se aplica uma técnica de campo. Quando a equipe convida uma pessoa a ajudar com informações e opiniões sobre as condições socioambientais, quando aborda pessoas nas ruas e nas organizações procuradas, deve iniciar sua fala com a explicação do objetivo desse diagnóstico. Assim, as pessoas poderão decidir se querem ou não colaborar, se identificando ou não, dialogando com a equipe, fornecendo dados e expondo suas percepções sobre o tema.

Sugerimos que o objetivo seja escrito com as palavras do próprio grupo e que seja colocado num quadro ou cartaz, para ficar à vista sempre que a equipe estiver se envolvendo com as tarefas do diagnóstico participativo. Assim, é importante que todo o grupo participe da definição do objetivo, e o tenha bem claro durante todo o processo.



## Definição do "roteiro de temas"



Para que se possa atingir o objetivo estabelecido, é necessário definir que tipo de informação precisamos buscar na microbacia, isto é, que assuntos serão abordados (poluição? esgoto? lazer? cultura? saúde? emprego?...). Esses assuntos formam o "roteiro de temas".

O "roteiro de temas" não deve ser seguido ou utilizado como um questionário pronto: ele deve ser assimilado e compreendido por toda a equipe como tópicos orientadores das questões colocadas na aplicação das técnicas de campo. É um guia semi-estruturado para estimular as pessoas a falarem sobre si mesmas; são pontos que iremos tocar e deixar o "interlocutor" comentar em uma prosa informal; ou, no caso de grupos, serão os temas propostos para os debates mediados pelas técnicas de caminhos, mapas, etc.

Nesse programa, há uma parte do roteiro que precisa constar em todos os grupos – o quadro de indicadores socioambientais. Esses indicadores só por si já consistem num roteiro bem completo. Contudo, como é aberto, a equipe pode inserir outros temas que queira aproveitar para investigar durante os trabalhos de campo; pode ampliar aspectos sobre os tópicos existentes e assim por diante. Por essa razão, não damos um roteiro pronto e acabado para os grupos seguirem. A abordagem é participativa e, por isso, devemos prever espaços para flexibilidade e interesses complementares. O importante é que o grupo elabore um roteiro que tenha fôlego para cobrir, pensando no tempo e no número de participantes da equipe. Um roteiro enxuto e englobando os indicadores básicos é melhor do que um extenso e mal acabado.



Quanto mais objetivo for o roteiro, melhor será sua assimilação e aplicação, além de favorecer a análise de dados. Ele poderá ser modificado ou ampliado durante o processo, mas sem ele não se pode partir.

Duas ressalvas importantes: o roteiro deve ser coerente com o programa e, principalmente, com o objetivo elaborado pela equipe; e deve expressar uma enorme capacidade de síntese do grupo em delimitar o que deseja levantar sobre aquela realidade.

Os mediadores devem deixar sua sensibilidade e intuição guiá-los durante os trabalhos, percebendo o quanto aquele(s) colaborador(es) ou informante(s) está(ão) disposto(s) a falar e, também, o momento certo de parar, mesmo que o roteiro de temas não tenha se esgotado em sua totalidade.

## Apresentação e definição das técnicas de campo

Após o roteiro temático ter sido preparado, são apresentadas as técnicas de levantamento de campo que serão escolhidas capazes de levar às informações desejadas. Apresentamos também os objetivos de cada uma e a postura adequada para sua aplicação, vendo-as sempre como meios de facilitação para que as pessoas expressem suas idéias e opiniões livremente. Depois de conhecê-las, podemos preparar um quadro de planejamento, indicando cada técnica que se adequará melhor a cada ação do diagnóstico.

## Roteiro de temas do diagnóstico local (exemplo - fragmento)

1 Situações de risco ambiental por poluição de efluentes

1.1 Empresas conhecidas por serem poluidoras das águas.

1.2 Pontos difusos – estabelecimentos com dejetos químicos.

1.3 Barragens ou lagoas com suspeita de armazenar poluentes.

1.4 Locais de onde surgem manchas suspeitas nos veios de água.

2 Esgotos expostos sem tratamento

2.1 Industriais / Comerciais.

2.2 Domésticos.

2.3 À céu aberto.

2.4 Focos de contato fácil com crianças e animais.

3 Áreas de inundação

4 Resíduos sólidos/ Lixo

4.1 ...

4.2 ...

5 Condições das moradias

6 ...

## Quadro do planejamento do diagnóstico

Esse quadro é uma maneira de organização do grupo para registrar seu cronograma de ação do diagnóstico. Ter os elementos bem planejados não significa que devemos nos amarrar a eles, mas se não criamos um meio de informação de quem, o que e aonde se está fazendo o diagnóstico, é bem fácil nos perdermos nas atividades. Veja como poderia ficar um quadro de planejamento da equipe para ir a campo:

**DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - MICROBACIA DO IMIRIMBITIBA**

**OBJETIVO:** _____ _____

**ROTEIRO DE CAMPO (após levantamento de dados e observação do meio de 15 a 30 de abril)**

| Público | Técnica | Equipe | Dia/hora |
|---|---|---|---|
| Em geral: Sensibilização | Convocação e entrevistas na Rádio<br>Evento na praça<br>Passeio de bicicleta c/ jovens | Zé, Marta, Vera<br>Raul, Bia, Pedro, Aninha, Guto, Vitória<br>Lázaro, Zé, Vera | 3/5 - 14h<br>27/5 -17h a 21h<br>18/5 - 8h |
| Donas de casa da quadra X | Entrevista<br>Observação do Meio e Caminhada | Pedro, Marta, Vitória<br>Raul, Marta, Vitória | 28 e 29/5<br>5/6 - 10h |
| Padre Benedito | Entrevista<br>Agrada/Incomoda | Pedro, Marta, Vitória<br>Zé, Marta, Vera | 7/6 - 10h<br>7/6 - 11h |
| Turma do futebol | Entrevista c/ tecnico e 2 jovens<br>Observação do meio e Realidade/Desejo com grupo | Bia, Guto, Aninha<br>Guto, Bia, Vera | 6/6 - 18h<br>6/6 - 20h |
| Escola municipal | Realidade/Desejo - alunos 8ª série<br>Mapeamento - funcionários | Guto, Bia, Vera | 5/6 - 14h<br>5/6 - 15h |
| Associação Y | Entrevista - presidente | Pedro, Zé, Aninha | 5/6 - 21h |



## Sensibilização

A sensibilização é o "abre alas". Não é bem uma técnica de coleta de dados, mas é um princípio de contato do grupo com a sociedade.

Abordar e explicar o que se quer, incluindo o objetivo do diagnóstico, é condição primeira. Essa abordagem das pessoas pode ser na rua, por telefone e depois pessoalmente em casa, na empresa, no local de reunião. Perguntamos se a pessoa tem um tempo, explicamos para que e vamos adiante, ou marcamos um outro momento quando for mais conveniente para pessoa ou grupo. Dependendo dos bairros, vamos encontrar vários tipos de reação, nem sempre amigáveis. Por questões de segurança, despedimo-nos com gentileza e vamos adiante.

Temos de procurar ser alegres e cativantes, despertando entusiasmo e respeito, isto é, conquistando as pessoas. O diagnóstico participativo valoriza ações coletivas e prazerosas, com dinâmicas em grupo, para se obter informações sérias e oportunas.

Os levantamentos formais, através de questionários fechados, são muito importantes e recomendados para pesquisas de cunho acadêmico. Contudo, estudar a realidade através do diagnóstico participativo tem um outro fim: o de construir um entendimento e um aprendizado para a ação organizacional concreta, para o grupo saber o que fazer por si e para si. A precisão matemática dos dados é secundária face ao envolvimento das pessoas com o processo que se quer alcançar, por isso o estudo deve ser lúdico e relaxante.

Isso vale para crianças e muito mais ainda para jovens e adultos que têm necessidade de reatar vínculos com seu espírito infantil para se abrir ao aprendizado e às mudanças. No lúdico, "a confrontação de pontos de vista está sempre presente" (Constance Kamii e Rheta DeVries, 1991) e essa confrontação propicia uma análise flexível da realidade, matéria-prima de planos capazes de transformar pela participação.

A presença das pessoas nos encontros para aplicação de técnicas coletivas será favorecida se o grupo criar eventos chamativos com bom humor, como esquetes, fantasias, performances de rua – tudo o que for de bom gosto e agradável para chamar a atenção e ganhar um momento das pessoas. Elas se convencem, assim, a colaborar, seja recebendo os mediadores para uma entrevista sobre o bairro, seja para fazer parte de uma caminhada.

Nas escolas há sempre professores que podem ajudar a aglutinar grupos para a aplicação das técnicas. Utilizar as mídias locais para sensibilizar as pessoas a ajudar no trabalho de levantamento da realidade é também muito recomendável.



As técnicas serão escolhidas de acordo com o público a que se dirigem (indivíduos ou grupos, que têm ou não facilidade para escrever, idade, etc), os objetivos e as condições. Essa escolha será feita com cuidado pela equipe e poderá ser alterada se as circunstâncias assim indicarem.

Na presença das pessoas que se dispuseram a ajudar, procuramos iniciar a aplicação das técnicas mostrando a importância da contribuição delas e agradecendo a presença de cada um dos participantes, seja dos colaboradores-informantes ("dialogadores"), seja dos membros da equipe de trabalho do diagnóstico.

Essas dicas não são meros caprichos ou receitas: foi comprovado que elas são necessárias para o diagnóstico fluir bem!

## Coleta de dados secundários e observação do meio

Em primeiro lugar, o grupo deve valorizar os documentos e registros já produzidos e existentes sobre questões que aparecem no seu roteiro temático. Pode-se encontrar dados importantes nas sedes das prefeituras ou sub-prefeituras; nas escolas e postos de saúde; nas delegacias; em jornais; na defesa civil; nos Conselhos Tutelares; em órgãos como o Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados), a Cetesb, a Sabesp, as Secretarias de Meio Ambiente do Estado e dos Municípios, etc.

Mesmo sabendo que nossa cultura institucional em geral produz muitos documentos "para inglês ver", eles são guias para a checagem e podem ser colocados como estímulos para a geração de comentários pelas pessoas durante as entrevistas. Por exemplo: uma multa ambiental recebida por uma empresa da microbacia; uma ata de uma reunião da defesa civil em que são discutidas prováveis áreas de risco; pesquisas escolares à respeito da história de

um riacho; fotos do tempo em que um veio de água ainda não era canalizado; plano diretor do bairro; Agenda 21 da região, etc.

Por outro lado, nada substitui um bom trabalho de observação direta. Assim, com o mapa da microbacia nas mãos e as informações coletadas, o grupo vai se beneficiar muito de uma visita aos espaços físicos e às instituições que considerar de maior relevância. Nessas visitas, cada um deve observar e anotar o que vê, sente, ouve, percebe. Depois, comparar as anotações e discutir, concluindo e complementando as informações das fontes secundárias.

Enfim, aqueles documentos que o grupo conseguiu obter, complementados e comparados com as observações diretas do meio, podem ser pré-analisados e orientarem estratégias de levantamento de campo. Por exemplo, revelarem uma liderança do bairro que se interessa pelas questões socioambientais e deve ser procurada para uma entrevista semi-estruturada; ou um empresário que tem fama de ser um "poluidor" das águas e precisa ser procurado e ouvido em separado etc.

Esse levantamento de registros e documentos é a busca por fontes secundárias. O grupo não precisa investir muita energia nessa busca, mas ela não deve ser desprezada, sendo importante complementá-la com o levantamento de fatos/situações observáveis. Às vezes, determinados casos relatados durante a aplicação das técnicas mostram que devemos buscar os documentos oficiais sobre aquele assunto. Um indicador-chave está na coerência ou na discrepância entre as falas e a versão dos documentos ou daquilo que se observou. É claro que, se for relevante para o "roteiro de temas", quanto maior for a discrepância, mais potente deve ser o "desconfiômetro" da equipe a respeito daquele assunto.



**Observação do meio** – O filme dos brasileiros João Jardim e Walter Carvalho, "Janela da Alma", faz um impressionante relato sobre o olhar. Ao ver tal filme, saímos com a certeza de que "Ver e Enxergar" é muito mais do que apenas registrar uma imagem na retina. A observação é a composição sublime do que enxergamos diante dos olhos (inclusive para os cegos) e as demais sensações que temos misturadas ao foco dado pelo nosso ser (nossa alma).

Colocamos referências próprias para "ver" o que estamos enxergando. As imagens formadas dependem da profundidade com que queremos vê-las e até onde lançamos luz sobre o que ela nos informa dentro de nós mesmos.

A observação do meio é uma técnica-mãe em qualquer tipo de levantamento da realidade. Observar é um processo onde, em primeiro lugar, deve haver interesse e tranqüilidade em querer olhar as coisas e os fenômenos. Muitas vezes, utilizamos a expressão "não quero nem ver no que vai dar". Ela é reveladora da vontade real de não querer perceber o que está diante dos nossos narizes. Passamos parte de nossas vidas nem querendo ver e não vemos de fato; mais tarde, a maturidade e o desenvolvimento pessoal levam-nos a ver o que precisávamos.

Adaptando uma proposta baseada nas experiências do poeta Johann Goethe (Sobre a Morfologia), podemos separar a observação em três fases que, na prática, se dão ao mesmo tempo, mas, quando nelas colocamos consciência, tornamos nosso ato de observar muito mais aguçado:

**1ª fase** – Além de termos o eixo temático do que queremos observar (por exemplo, namorados ou pontos difusos de poluição), começamos a observação pelas formas que se expressam diante dos nossos olhos. O olhar na paisagem deve ser lento, panorâmico, com paradas e trocas de foco "do todo para uma parte, dessa parte para o todo e assim por dian-

te", procurando ouvir atentamente as sensações que aquele olhar produz em nós além da informação visual, sem deixar que imediatamente o cérebro comece a funcionar e distribuir julgamentos sobre o que se vê.

Várias vezes o olhar deve percorrer essa troca do "todo para a parte e da parte para o todo" novamente... se tivermos um ponto mirante para olharmos nossa microbacia um tanto melhor. Deste olhar selecionaremos os pontos em que devemos "descer do pedestal" e olhar mais de perto. Se procuramos por cenários aconchegantes do ponto de vista ambiental ou apenas por serem agradáveis, e procuramos também por pontos que provocam ruído nas sensações, estamos identificando os locais que devemos olhar mais de perto.

**2ª fase** – As formas do particular devem ser o passo seguinte da observação. Por exemplo, avistamos uma pracinha aconchegante, quando da vista panorâmica; agora nos aproximamos dela e ficamos por uns vinte minutos olhando essa praça de um plano em que ela toda se enquadre no campo da nossa visão. Como se fôssemos tirar uma foto dessa pracinha, só que, ao invés de nos preocuparmos com o enquadramento da foto, devemos dar tempo aos nossos órgãos do sentido até que criem uma imagem não estática daquele ponto de observação. Até que percebamos o que se mexe, o cheiro que produz e quantas interações entre sujeitos e objetos podemos registrar. Devemos tentar decifrar uma forma que aquele conjunto nos transmite como uma imagem que a caracterizaria como síntese, ou seja, esse ponto tem a forma de um... "vendaval, porque parece um turbilhão de coisas mudando de lugar", etc.

Para cada ponto escolhido na primeira fase, e que tem relação com nosso roteiro temático, criamos uma chance para ficar nesse mergulho: conquistar uma imagem que pareça melhor exemplificar aquele tipo de ponto que observamos. Por exemplo, é muito fácil ver uma "caixa prisioneira" quando olhamos para muitas arquiteturas de escolas espalhadas pelos nossos bairros. No caso de ponto difuso de poluição (conforme nosso quadro de indicadores), por exemplo, uma garagem de ônibus teríamos que conseguir um ponto de observação do qual pudéssemos olhar como ela funciona dentro dos muros e fora deles.



**3ª fase** – Essa é mais operacional. Nosso olhar observador viu uma forma correspondente ao ponto de observação escolhido; agora vai perseguir os fluxos das formas com os olhos. Por exemplo, no caso da garagem de ônibus, devemos acompanhar um único objeto ou pessoa por mais um bom tempo: Um ônibus que está recolhendo e entra na garagem, até onde ele vai? O que acontece quando pára e depois continua se movimentando? Quem entra, quem sai? Vai lavar? Se a água gera um novo fluxo, então, podemos persegui-la para onde escorre, olhamos sua cor, se der, sentimos seu cheiro, percebemos para onde escorre e assim por diante.

Seria muito difícil criar um exemplo para cada situação que possa surgir diante de todos os indicadores que esperamos ver os grupos acompanhando no diagnóstico; mas, se para cada indicador for realizada, pelo menos uma vez, a técnica de observação repetindo as fases 2 e 3 (porque a primeira valeria para todos), temos certeza que alimentaria o grupo com vários exemplos a serem utilizados como meios de motivar o falar e o ouvir nas outras técnicas de campo que vêm a seguir.

## Entrevista semi-estruturada

Essa técnica é a mãe de todas e está presente em muitas outras formas de pesquisa e diagnóstico. Várias teses acadêmicas foram escritas baseadas nesse método, porém no caso do diagnóstico participativo, é uma técnica-mãe que não pode vir sem a família (outras técnicas complementares).

Para a entrevista, o melhor é contar com uma equipe que contenha um entrevistador ("dialogador") e um ou dois anotadores. Primeiro, a equipe aborda cada pessoa que desejaria entrevistar, apresenta o objetivo de todo o trabalho e consulta-a para ver se desejaria contribuir no processo do diagnóstico socioambiental dando uma entrevista.

Se pessoa concordar em colaborar, marca-se o melhor momento para ela. Na hora marcada (pontualmente!) o entrevistador aborda livremente algum dos tópicos do "roteiro de temas". Pode simplesmente comentar o assunto ou mostrar uma foto antiga do riacho, perguntar se a pessoa reconhece o lugar e pedir que comente suas lembranças, principalmente se for um morador antigo do bairro. Ou pode mostrar uma reportagem de jornal que expõe um caso de contaminação no local e pedir que a pessoa comente aquele assunto segundo seu modo de ver. Sem julgamentos sobre o conteúdo da fala da pessoa, uma pergunta vai puxando a outra até levantarmos o roteiro todo.

Técnica: A entrevista consiste em estimular uma conversa informal, descontraída, levantando informações de forma a não inibir o entrevistado e nem tampouco provocar um bombardeio de perguntas, mal dando tempo para a pessoa respirar. Chamamos essa entrevista de "semi-estruturada", porque é conduzida mediante aquele "roteiro de temas" previamente construído.



A entrevista é usada para, através de uma pessoa (o dialogador), focar: as próprias pessoas, inclusive o próprio "dialogador"; os casos e fatos (segundo sua visão de mundo); e a descrição do comportamento. A aplicação se dá com representantes de todos os atores sociais da microbacia, procurando-se a maior diversidade possível.

É importante levantar informações sobre várias pessoas diferentes de um mesmo segmento. Não há uma exigência estatística de amostra, ou seja, uma proporção numérica de entrevistados a ser calculada por grupo social. A partir de um certo número de entrevistas, as versões e visões começam a se repetir – isso indica que já é hora de parar a investigação daquele assunto ou tema.

Na entrevista semi-estruturada, um mediador puxa a prosa e um ou dois anotadores vão escrevendo o que está sendo dito - lembrando que devem anotar exatamente o que as pessoas estão dizendo. As vantagens de dois anotadores são inúmeras, pois estaremos diante de surpresas magníficas, dialogadores (entrevistados) que cativam pelas reflexões que expressam. Como acontece quase freqüentemente, algum dos anotadores embarca em devaneios e acaba, sem querer, interrompendo sua atividade. Assim, um segundo anotador tende a complementar o outro, diminuindo as lacunas entre o discurso e as anotações.

A equipe deve comunicar ao entrevistado que as informações serão divulgadas e solicitar o seu consentimento, inclusive se elas podem ou não aparecer associadas ao seu nome ou apenas ao local a que pertence, por exemplo: "morador do bairro Tal".

Recomenda-se, durante a aplicação dessa técnica, não interromper o entrevistado, deixá-lo à vontade para falar o que pensa e deseja sem receios, não induzindo e nem expressando opinião ou qualquer outro julgamento de valor sobre o que está sendo dito. Evitar também expressões não verbais de reprovação ao que está sendo dito, lembrando sempre que a equipe deve estar preparada

para ouvir e não intervir ou dar parecer a respeito. Não podemos esquecer de agradecer com entusiasmo o entrevistado, seja a entrevista considerada boa ou não pelo grupo.

Se a equipe marcou, por exemplo, uma técnica de "caminhada transversal" ou um encontro em algum salão comunitário para aplicar o "me agrada X me incomoda", pode aproveitar o momento da entrevista para convidar o entrevistado a estar presente e colaborar mais, durante o próximo momento, no coletivo.

## Me agrada X me incomoda

Essa técnica consiste em levantar junto aos presentes o que lhes agrada e o que lhes incomoda com relação à realidade em discussão. Dá excelentes resultados quando a aplicamos em grupo, ou seja, juntamos pessoas em lugar apropriado, explicamos para o grupo novamente os objetivos do diagnóstico e também explicamos o que vamos fazer naquele encontro. Sobre uma folha grande de papel ou num quadro, escrevemos duas colunas e estimulamos as pessoas a dizerem o que lhes agrada ou incomoda à respeito das condições ambientais e de vida no bairro.

Objetivo: Investigar assuntos que agradam ou incomodam no ambiente da microbacia. Esses assuntos poderão ser de ordem física, humana, dos arredores, da comunidade, ou então ligados à questões de meio ambiente bem específicas (como poluição, lixo), influência das escolas, de serviços públicos, interferências culturais, sociais ou políticas que afetam a qualidade de vida, etc...



Técnica: Formar um só grupo ou pequenos grupos (de duas, cinco ou até dez pessoas), dependendo do número de presentes. Fornecer a cada grupo uma folha de papel sulfite dobrada ao meio. Cada grupo deverá escolher um redator. De um lado da folha será colocado o título "ME AGRADA", do outro "ME INCOMODA" e, durante aproximadamente vinte minutos, os grupos vão falar e depois anotar tudo o que percebem no bairro ou na rua em que moram e que se encaixe em cada um dos lados da folha. Os grupos poderão colocar seus nomes na folha ou não, fazendo valer a vontade de cada um.

Em seguida, os grupos apresentam o que foi discutido e as contribuições vão sendo anotadas na forma de palavras-chave que sintetizam as idéias do grupo em geral. Para isso, as "falas" vão sendo anotadas em tarjetas ou cartelas (fatias de cartolina ou papel pardo, por exemplo) de tamanho adequado à visualização por todos e, ao mesmo tempo, para motivar a participação.

| ME AGRADA | ME INCOMODA |
|---|---|
| Praça da Matriz com área de lazer | Despejo de entulho no terreno da Rua Direita |
| Rádios comunitárias | Esgoto à céu aberto na rua da escola estadual |

## "Realidade e desejo"

Esta técnica consiste em estimular, provocar e questionar o ponto de vista dos presentes, de modo exploratório, em relação aos temas do roteiro. São levantadas as opiniões sobre a situação, as expectativas e os sonhos de cada um ou do grupo; por fim, as formas e processos de como realizar esses sonhos e alcançar as aspirações. Essa técnica é parecida com a anterior, com a diferença de que as pessoas já são motivadas a discutir pistas e saídas para alcançar seus desejos, em vez de somente constatá-los.

Técnica: A aplicação é simples, mas requer sintonia e muita agilidade da equipe. Explica-se aos participantes que eles irão falar da sua realidade e depois dos desejos em relação a ela. O mediador questiona o grupo sobre a realidade da rua, da comunidade, do bairro, do riacho e assim por diante, colocando as idéias com as quais o grupo concorda num quadro ou papel na parede, assim:

"Numa palavra, qual é a realidade [do morador da rua tal?] [do aluno desta escola?]

| REALIDADE | | DESEJO |
|---|---|---|
| Violência<br>Desânimo<br>Rio fedido e feio | | |



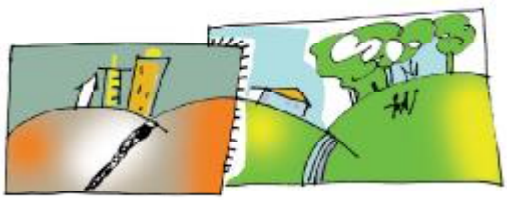
Depois de listados os tópicos da coluna da realidade, caso tenham aparecido somente palavras negativas ou somente positivas, pergunta-se:

"Mas nessa realidade não tem nada de positivo (negativo)?".

Se surgirem novas falas, deve-se acrescentá-las.

Em seguida, o animador provoca:

"E os desejos? O que cada um de vocês desejaria que fosse essa realidade? Qual é o sonho de vocês para [esta rua?] [esta escola?]?"



| REALIDADE | | DESEJO |
|---|---|---|
| Violência<br>Desânimo<br>Rio fedido e feio<br>Usamos os espaços da escola para nossas coisas | | Paz<br>Mais espaços e oportunidades para os jovens<br>Rio despoluído e com pista de bicicleta na margem<br>Continuar usando |

O desafio deve prosseguir para o grupo.

Agora, o animador estimula o grupo a preencher a coluna do meio que estava sem cabeçalho.

"Para a gente passar da realidade ao desejo precisa fazer alguma coisa: propor um projeto, descobrir um caminho... Qual seria a ponte entre um lado e o outro para que cada realidade corresponda ao nosso desejo?"

| REALIDADE | COMO TRANSFORMAR | DESEJO |
|---|---|---|
| Violência<br>Desânimo<br>Rio fedido e feio | Debater as condições de opressão na escola, na família e na sociedade<br>Tentar abrir um canal com o poder público para colocar mais diretamente as demandas da juventude<br>Fazer um movimento para que os órgãos públicos despoluam e urbanizem o rio tal<br>Criar um termo de compromisso para a conservação das instalações | Paz<br>Mais espaços e oportunidades para os jovens<br>Rio despoluído e com pista de bicicleta na margem |

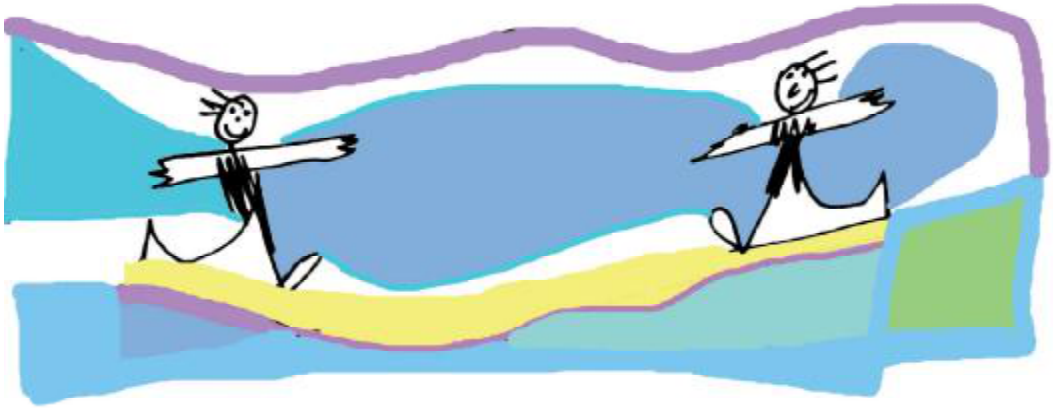
Para que todos os participantes possam ver imediatamente o que está sendo concluído pelo grupo, é sempre interessante ter um quadro negro ou papel pardo. Um anotador deve, então, ir escrevendo o que está sendo dito num local onde todos possam ver, para concordarem ou não com o que está sendo escrito. É importante deixar o grupo à vontade, de modo que se expresse livremente, com informalidade e descontração. Para isso, a equipe deve mais ouvir do que falar, ter muita paciência e saber que todas as informações são importantes, independentemente dos mediadores concordarem ou não com elas. O importante é que se discuta cada idéia sobre a qual há diferentes opiniões e que as pessoas participantes (e não a equipe de mediadores) possam dizer se elas concordam ou não com essa idéia.



## Caminhada transversal

Como diz o nome, trata-se de caminhar dentro dos limites da microbacia com um grupo de pessoas de diversas idades que quiserem acompanhar o circuito. A idéia é que as pessoas possam ir observando e comentando o ambiente e os significados que dão aos locais considerados importantes para elas. Pode-se fazer duas caminhadas pelos mesmos lugares, mas com públicos diferentes, para traçar um histórico da paisagem. Para uma caminhada, devemos chamar pessoas mais idosas (aqueles senhores aposentados que ficam em praças ou bares, se forem convidados com carinho e respeito, gostam muito de ajudar) e fazer uma caminhada desenhando uma representação gráfica do perfil do lugar há 30 ou 40 anos. Depois, saímos pelo mesmo trajeto, registrando um outro gráfico do perfil contemporâneo, com pessoas mais jovens ou com diversas idades.

**Objetivo:** Tomando cuidados especiais com as questões de segurança das pessoas ao transitar em locais de risco, deve-se utilizar o espaço em geral e os elementos culturais existentes nele, de forma material e simbólica, para registrar como as pessoas percebem os lugares, através do seu olhar e dos debates espontâneos que surgem durante a caminhada. Essa técnica favorece também a identificação de condições e necessidades do local como: infra-estrutura, saúde, segurança, qualidade de vida e lazer, entre outras.



**Técnica:** Marcar um horário favorável às pessoas, se possível sob boas condições climáticas, levando pranchetas para desenhos ou anotações dos próprios caminhantes, máquinas fotográficas etc. As informações surgem de maneira espontânea e natural se a caminhada for estimulada por uma boa conversa a respeito dos lugares de que as pessoas mais gostam e os lugares mais agradáveis e desagradáveis do bairro ou da rua; deve-se conversar também com as pessoas encontradas pelo caminho.

Como nos demais registros, esses serão expostos na forma de painéis, com legendas, mostrando e justificando os lugares escolhidos. A exposição é muito concorrida, por isso pode ser planejada para ficar montada em um local público de fácil acesso por um tempo suficiente para que ampla parte dos segmentos possa visitá-la.



O mediador e os anotadores têm uma missão muito especial nessa caminhada, que é deixar as pessoas livres para escolherem e comentarem os lugares a serem visitados, além de estar atentos, prontos para ouvir o que elas têm a dizer. Respeitando suas escolhas e fazendo possíveis intervenções no sentido de minimizar participantes que queiram dominar demais ou induzir a que todos "adotem" seu olhar, a tarefa promete sucesso.

**Observação:** parentes e amigos dos presentes na caminhada devem ser cumprimentados, mobilizados para se envolverem no diagnóstico e valorizados nas suas atividades, principalmente quando são trabalhadores que acabam, sem querer, expondo o que fazem no dia-a-dia – por exemplo, lavadeiras, catadores de lixo e materiais recicláveis, artesãos, domésticas, jardineiros, entregadores, etc.

Mesmo se forem encontrados parentes alcoolizados ou drogados, deficientes mentais ou físicos, todo o respeito que a equipe puder passar servirá de um grande exemplo e de uma grande possibilidade de aprendizado para o coletivo ali, com repercussão de modo impressionante para a relação com a comunidade. Do contrário, uma repulsa, até inconsciente, levará tempo para ser apagada da memória!

## Mapeamento participativo

O mediador anima o pessoal presente a desenhar um mapa ou construir uma maquete que represente o seu bairro. Isso pode acontecer em etapas, uma vez que a abstração exigida para fazer essa espécie de mapa é sofisticada. Idosos podem fazer um mapa de períodos passados e, depois, jovens fazem um do momento atual. Depois, todos juntos comparam as duas maquetes. Desse jeito, são geradas análises riquíssimas e ocorre uma emocionante aproximação entre gerações, além de se obterem informações preciosas!

**Objetivo:** Por meio dessa técnica, o grupo envolvido é levado a representar graficamente a comunidade em que vive, podendo obter dados sobre: estrutura do bairro; tipos de moradias; áreas de risco; índices de crescimento... Enfim, um retrato panorâmico do bairro, que poderá ser também histórico.

**Técnica:** Convida-se um grupo representativo da comunidade local que conheça bem a região ou o bairro para participar do "jogo". O grupo é dividido em dois – o dos mais velhos e o dos mais jovens, por exemplo. É sugerido um desenho simbólico (ou a construção de uma maquete) em que eles representem as coisas relevantes que existem (ou que existiram) no bairro, na opinião de cada grupo. A experiência vivida cria consensos e torna a comunicação mais fácil, sem falar no intenso exercício de reconhecimento do ambiente que é facilitado. (As informações mais relevantes serão depois passadas para um mapa em escala rigorosa a ser enviado para a gestão do "Mãos à Obra pelo Tietê", o que vai permitir a sua colocação num mapa geral da bacia do Tietê, como você verá adiante).

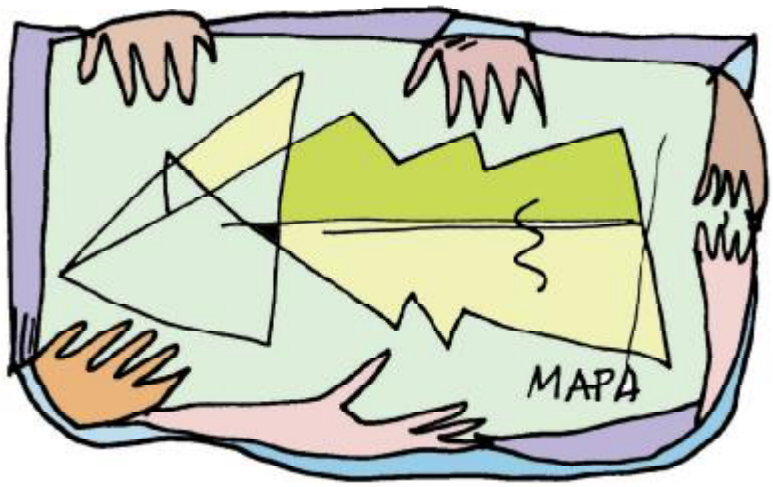
No quadro negro, em cartolinas ou em papel pardo, propõe-se um ponto de partida, por exemplo, um local que todo mundo reconhece como importante. É importante não induzir para que esse ponto tenha algo a ver com a água ou com o grupo do "Mãos à Obra pelo Tietê", mas permitir que eles façam suas escolhas com calma. Incentivar, a partir do ponto de referência inicial, que todos dêem idéias, desenhem, apontem outros locais e outros símbolos.

É comum que adultos, no princípio, sintam-se constrangidos para pegar em giz ou pincéis atômicos para desenhar, o que exige muita paciência para não se tomar a sua frente. Com um pouco de tempo, se ficarem bem à vontade, irão se soltando e "curtindo" essa oportunidade.

No caso da construção de maquetes, o melhor é colocar à mão dos grupos material diverso, sucatas, papéis, cola, barbantes ou lãs, tesouras, fitas adesivas, etc. Pode-se ainda buscar no ambiente pedras, folhas, gravetos, enfim, usar técnicas diversas e criativas para possibilitar a expressão de uma imagem do ambiente a ser representado (rua, bairro, margens do rio, escola, etc). Dar tempo para que as pessoas caprichem, valorizando a estética também!



O resultado é que, além de conhecer melhor o local, esse trabalho permite uma compreensão maior sobre a maneira de pensar dos moradores, sua espacialização, suas prioridades e as razões pelas quais eles querem ou não agir para modificar algo.



## Como registrar os dados "brutos" do levantamento e os produtos das técnicas.

A sistematização e conferência dos dados é o momento de: verificar se o objetivo foi atingido e se há informações checadas e trianguladas sob cada aspecto abordado; organizar os materiais produzidos; preparar a devolutiva e analisar o material como um todo.

Para tanto, é importante que a equipe esteja sintonizada, atenta, envolvida para não desperdiçar informações, aproveitando tudo o que foi levantado e reforçando o material com observações feitas por ela mesma.

### Quadro de sistematização (exemplo/fragmento - `dados brutos´)

| DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO - MICROBACIA GUARAPIRANGA III | |
|---|---|
| **TÉCNICA:** Entrevista semi-estruturada coletiva | |
| **DATA:** _____ **FL:** _____ | |
| **PARTICIPANTES: 4 aposentados, 1 comerciante, 2 jovens e 6 adolescentes** | |
| **Informações** | **Item do roteiro** |
| `Têm locais que eram lagoas com água cristalina que foram soterradas durante a construção do hipermercado ali naquela baixada`.<br>Etc. ... | 1.6 - Histórico das belezas naturais do bairro |

Os procedimentos para a realização dessa etapa são:

- verificar se os diferentes atores sociais e econômicos foram ouvidos/atendidos;
- verificar se o roteiro de temas foi abrangido na sua totalidade;
- verificar se o objetivo foi atingido;
- separar as técnicas aplicadas por segmentos;
- tabular os dados;
- organizar o material produzido;
- organizar e montar a devolutiva visual (painel de fotos, telas, histórias, maquetes, desenhos, mapas e listagens das informações obtidas);
- separar e encaminhar os dados que serão digitados;
- analisar os dados;
- elaborar o relatório final.

Não basta registrar: é preciso tornar esses registros imediatamente acessíveis. Desenhos, fotos, diagramas, frases ditas e maquetes devem ser duplicados e expostos em mural ou local específico quase simultâneos às suas produções. A visualização é um dos principais instrumentos para se desenvolver um processo participativo. Portanto, quanto mais rápido se der este retorno visual, mais cresce a credibilidade do grupo e do processo desenvolvido. Isso estimula a participação, à medida que as pessoas identificam "suas falas" e confirmam que estas estão ali, principalmente quando percebem que foram respeitadas e escritas na íntegra.



Durante esse processo é importante certificar-se de que toda a equipe compreende o que está acontecendo, incentivar que todos coloquem suas dúvidas e/ou sugestões, pois a proposta é que os envolvidos no processo se apropriem das técnicas e as utilizem com liberdade e segurança, além de contribuirem para o relatório final. Se a "equipe de diagnóstico" se separou em subequipes que atuaram em turnos diferentes, com aplicação de técnicas diferentes, essa é a hora de juntar todos, impreterivelmente, num mesmo espaço/tempo.

A finalização dessa etapa é a entrega do material produzido e do próprio diagnóstico para a comunidade, para que esta contribua junto com o grupo no encaminhamento seguinte, que é a elaboração do projeto local, com um plano de ação para a melhoria das condições socioambientais na microbacia.

O material deve ser montado, disponibilizado para todo o grupo e aberto a toda a comunidade envolvida. Todos têm o direito de sugerir retificações, quando for o caso.

Depois de revisto pela comunidade, o material se divide em dois blocos: um feito pelas planilhas de sistematização "bruta" dos dados, os desenhos e perfis duplicados, etc.; e o outro, composto por um relatório padronizado (que será explicado mais adiante). Esse segundo bloco será direcionado à Coordenação do Programa para que os dados possam ser inseridos no mapa da rede de grupos.

## Algumas dicas finais sobre o planejamento do diagnóstico

Para finalizar a "reunião de preparação do diagnóstico", após o conhecimento dos participantes, o estudo e a discussão das bases, a definição do objetivo, dos temas e a escolha das técnicas mais apropriadas, elabora-se o cronograma de "trabalho de campo" para o diagnóstico participativo, de modo a organizar técnicas, segmentos, equipes, e em que horários e dias serão realizados. São fatores importantes para essa organização:

- Verificar a disponibilidade e habilidade das pessoas para compor as equipes, em relação à técnica e ao período que serão aplicados;
- Verificar junto às organizações locais, por exemplo uma escola, a possibilidade de cederem espaço para que a equipe se reúna diariamente, para organizar e preparar o material que será trabalhado e onde também organizará e sistematizará os dados;
- Levantar a disponibilidade de horários das pessoas antes de agendar as reuniões – inclusive os horários dos ônibus, caso a maioria das pessoas se utilizem desse meio de transporte;
- Providenciar quem fará a digitação;
- Verificar os materiais que devem ser produzidos/encaminhados, tais como: convites, autorizações, bilhetes, comunicados;
- Decidir se a aplicação do diagnóstico será total ou parcial dentro da microbacia;
- Decidir quais técnicas serão aplicadas para cada caso do roteiro;
- Decidir quantas e quem serão as pessoas entrevistadas e procurar fazer o agendamento com antecedência;
- Em caso de algumas técnicas como "Caminhada transversal", pensar quantas pessoas serão convidadas e quem da equipe ficará responsável por essa atividade;
- Prever o tempo de aplicação, aproximado, para cada técnica;
- Viabilizar um tempo para que toda a equipe possa se reunir diariamente, para troca de informações e verificação do cronograma e se este foi cumprindo em sua totalidade nesse dia, pois caso não tenha sido, deve haver tempo hábil para reorganizá-lo;
- Providenciar um "diário de bordo" (caderno) para que toda a equipe possa fazer anotações referentes à aplicação das técnicas, observações feitas, etc.;
- Procurar seguir o cronograma com flexibilidade, para que a equipe não perca o referencial do processo.

Uma vez terminada essa fase do diagnóstico – aplicação das técnicas, sistematização das informações obtidas e sua apresentação à comunidade interessada para eventuais correções – o grupo vai situar os dados no Mapa Padrão e enviar um Relatório Padrão para o Programa.

# Mapa e Relatório

O Programa precisa manter um sistema padronizado de trocas de informações entre os grupos e a Coordenação. Porque são tantos grupos lidando com realidades locais tão complexas e diferentes, que será necessário arrumar uma linguagem simbólica comum para podermos nos entender. Os quadros dos indicadores apresentados já são parte dessa linguagem comum.

Mas ao término do diagnóstico participativo teremos muitos dados novos, informações que mal imaginávamos conseguir, outras coisas a dizer, que o Programa precisará de "um filtro" específico para seu gerenciamento. Não que a grande riqueza dos dados conseguidos deva ser deixada de lado. Pelo contrário, quanto mais o grupo, através de seus contatos, por exemplo com escolas e outras organizações, conseguir fazer uso de todos os resultados do levantamento, tanto melhor. Um dos usos, inclusive, pode ser na justificativa do seu projeto que será apresentado ao Programa.



Os padrões de relatório e mapa desse tópico são para que os dados ganhem maior agilidade de processamento e devolutiva aos grupos por parte dos técnicos à serviço do Programa. Muitos dados, se fossem apresentados em formatos livres, demandariam muitas horas de trabalho para sua organização e deixariam o retorno do Programa muito lento e dispendioso. Assim, se cada grupo fizer sua parte, colaborará para a sincronicidade e agilidade das ações de gestão.

Cada grupo deve guardar consigo tudo o que alcançou com o diagnóstico participativo, utilizando depois esses resultados para elaborar seu projeto. Pode até enviar algumas cópias de registros muito interessantes que não caberiam nos padrões, contudo esses padrões, sim, são imprescindíveis até para o grupo continuar no "Mãos à Obra pelo Tietê".

## Relatório

Com base nos quadros dos indicadores do capítulo anterior, vamos gerar uma classificação e uma padronização dos dados. Esses dados serão colocados numa tabela com 3 colunas.

Cada tipo de informação será classificado de acordo com o respectivo indicador, situado na primeira coluna. Na coluna ao lado, descrevemos brevemente o dado ou a ocorrência daquele indicador e, na terceira coluna, localizamos essa ocorrência de duas maneiras: colocamos o endereço tão preciso quanto ele possa ser e mais um código de letras indicando o tipo de ocorrência relativa ao indicador.

Uma indicação importante é: se houver várias ocorrências para um mesmo indicador, dizer quais são as 3 principais para aquele determinado indicador, segundo o grupo.

Vejamos o seguinte exemplo fictício:

**RELATÓRIO PADRONIZADO - "GRUPO AYMORÉS" (zona leste de São Paulo)**

**SUB-BACIA: PIRAPORA-PINHEIROS MICROBACIA: RIACHO DO TATU**
**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO:** Fernando, Adriana, Gisleine, Marques, Manuela,

**TEMPO DE REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO: DIA/MÊS/ANO ATÉ DIA/MÊS/ANO.**
**PONTO DE COLETA DA ANÁLISE DA ÁGUA: CANAL DO RIACHO TATU PERTO DA FOZ NO RIO PINHEIROS, ALTURA 1.790 DA MARGINAL DE PINHEIROS. LOC NO MAPA AA1 (VER MAPA)**

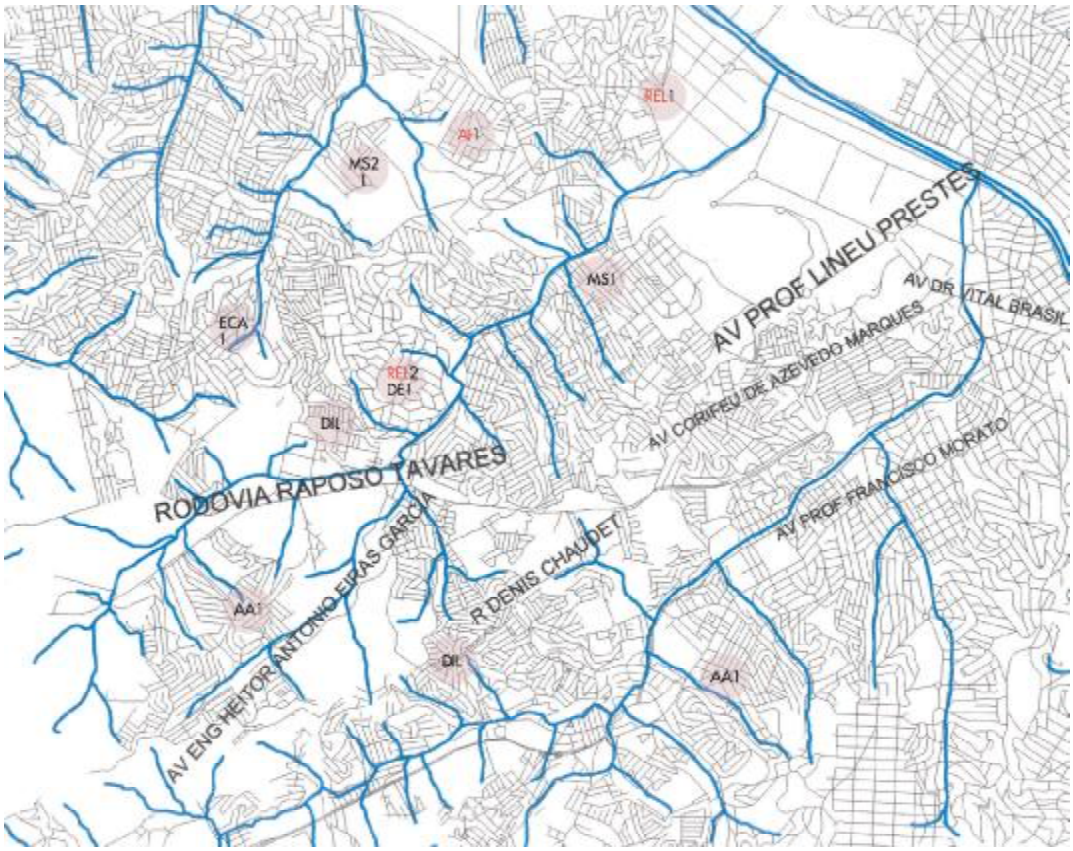
| Indicador | Tipos de ocorrências e descrição | Localização/mapa |
|---|---|---|
| Risco de poluição ambiental por efluentes<br>(REL = Risco de Efluentes Liquidos) | 1. Posto de gasolina que despeja o óleo trocado de veículos diretamente na `boca de lobo´; oferece ducha aos veículos com grande desperdício de água e com escorrimento dos resíduos de gasolina e óleo diesel no sistema fluvial.<br>2. Firma de calderaria que despeja liquido com aspecto oleoso e fétido por tubos ligados diretamente no canal do Riacho das Neves, todas as terças e quartas-feiras no começo da noite. | Esquina da R. Mata Selvagem com a Av. Pedra Bela.<br>REL1<br>Rua Antônio Braga Moreira, altura do 450<br>REL2 |
| Esgoto<br>(ECA = Esgoto a Céu Aberto)<br>(ELC = Esgoto em Ligação Clandestina) | Dez casas instaladas de modo próximo ao muro dos Trens Urbanos que lançam seus esgotos em valas rasas as quais cortam a rua e escorrem para o Riacho das Neves.<br>Três casas que lançam por tubos de plástico seus esgotos diretamente na boca de lobo. | Final da Rua Andorinhas.<br>ECA1<br>Rua das Acácias Amarelas, 215 a 311.<br>ELC1 |
| Áreas de inundações<br>(AI = Área de Inundação) | Conjunto de Barracos à beira do Canal Mandaruvá que sofrem com enchentes quando há chuvas fortes | Margeando a Rua Toda Alegre.<br>AI1 |
| Resíduos sólidos / lixo<br>(DIL = Despejo Irregular de Lixo)<br>(CS = Coleta Seletiva) | Despejo de entulho e lixo em terreno baldio abandonado. Os depósitos ilegais acontecem pela noite e madrugada por caminhões vindos de outros bairros principalmente da Empresa X | Fundo do vale do Riacho das Neves na Altura da Rua Perdigão.<br>DIL1 |
| Cobertura vegetal/ arbórea<br>(CV = Cobertura Vegetal)<br>DM = Desmatamento) | Não há registro de árvore alguma | |
| Erosão<br>(ER = Erosão) | | |
| Ocupações irregulares<br>(OI = Ocupação Irreg.) | | |

**RELATÓRIO PADRONIZADO - "GRUPO AYMORÉS" (zona leste de São Paulo)**

**SUB-BACIA: PIRAPORA-PINHEIROS** **MICROBACIA: RIACHO DO TATU**

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO:** Fernando, Adriana, Gisleine, Marques, Manuela,

| Indicador | Tipos de ocorrências e descrição | Localização/mapa |
|---|---|---|
| Obras ou intervenções sobre cursos de água (OSA = Obra Sobre a Água) | | |
| Perfil socioeconômico (dados diversos) | Bairro tipicamente residencial, com estabelecimentos de comércio esparsos. A maioria do bairro compra no hipermercado XC do bairro tal e no shopping CX.<br>A situação socioeconômica em geral: renda média familiar em torno de 5 a 6 salários mínimos. Há muito desemprego das pessoas com baixa qualificação: jovens adolescentes só tem lazer no SESC YZ, há apenas uma entidade que oferece profissionalização. ... | |
| Movimentos e equipamentos sociais (MS = Movim. Social) (ES = Equipam. Social) | Organização local de iniciativa pública voltada à recuperação das condições de vida no bairro chamada `Amor´.<br>Movimento cultural `Jovens de Paz no Reggae´ que promove encontros e festas para dançar e frisar o sonho de viver em paz. | Rua Boa esperança, 345. ES1<br>Encontros no Galpão Leve da Rua Toda Alegre. MS2 |
| Doenças ou epidemias (DE = Doença, Epidemia) | Agentes de saúde do bairro atribuem o excesso de doenças respiratórias das crianças do Núcleo Moreira à fumaça solta na Calderaria `Pó Solto´. | Entorno da R. Antônio Braga Moreira. DE1 |






Exemplo do mapa onde são representadas as localizações das observações do grupo indicadas no relatório padronizado. As observações seguem a legenda apresentada no relatório como AA1, ECA, REL1, ER.

## Dicas

### Para uma análise participativa dos dados do diagnóstico.

Aqui estão algumas dicas para a análise dos dados que servirão para os grupos já irem se organizando para um melhor aproveitamento dos resultados. Nosso objetivo com esse tópico é que o grupo não caia num "ativismo" desenfreado, ou seja, saia correndo, fazendo ações para todos os lados e acabe se frustrando por obter poucos resultados. Para definir que ações realizar, é necessário uma reflexão estratégica que poderá se orientar pelas dicas e pelos exemplos a seguir.

Os dados de um diagnóstico falam alguma coisa por si, mas precisamos questionar em grupo o que de fato eles querem dizer. Por exemplo, o grupo constata que "há um depósito clandestino de solventes químicos, utilizados para fraudar combustíveis". Assim, colocamos perguntas como: "A quem interessa guardar produtos químicos sem controle dos órgãos fiscalizadores?" Não se deve aceitar uma resposta muito unilateral e simplista do tipo "aos bandidos e sonegadores". Não porque esta resposta esteja errada, mas porque há mais coisas a analisar e, se pararmos aí, não encontraremos a melhor medida da ação.

Dessa maneira devemos continuar a fazer mais perguntas, como por exemplo: “Por que há na sociedade um mercado informal que afeta até a produção de combustíveis clandesti-

nos? Quais riscos isso acarreta para a população do entorno e em geral? Por que o Estado não consegue inibir este tipo de ato? O que existe por trás da ilegalidade de um ato que parece ser inofensivo? Quantas pessoas se beneficiam disso e quantas perdem?"

Para cada constatação importante do diagnóstico, sugerimos perguntas de aprofundamento, inspiradas no exemplo acima. Não vamos esquecer que as sínteses das discussões precisam ser registradas. Com o andamento da análise, vemos que algumas causas dos problemas levantados são as mesmas, são irmãs e coligadas.

Identificamos depois quais são as causas mais centrais dos problemas e refletimos sobre o que poderia ser feito para neutralizá-las, combatê-las, esvaziá-las, etc.

Listamos as possíveis ações que consideramos importantes para modificar as condições que favorecem os problemas socioambientais. Dessa lista, damos a cada ação uma nota de "governabilidade". Por exemplo: chegamos à conclusão de que deveria aumentar a fiscalização do Estado sobre todos os riscos de acidentes ambientais, como a existência do depósito clandestino de produtos químicos. Perguntamos qual é a nossa chance de governabilidade (possibilidade de agir, de intervir) sobre essa proposta – "alta, média ou baixa" – e a assinalamos na lista. Desse modo, classificamos todas as ações para saber sobre quais temos maior ou menor poder de transformação. Veja os exemplos do quadro abaixo:

| **Indicador** | **localização/mapa** |
|---|---|
| aumentar a fiscalização do Estado sobre todos os riscos de acidentes ambientais; | Baixa |
| apresentar denúncias aos órgãos municipais e estaduais sobre focos graves de risco de acidentes ambientais por ação humana; | Média |
| criar um programa na rádio comunitária para esclarecer sobre os problemas de saúde associados ao esgoto à céu aberto e ao depósito irregular de lixo; | Alta |

Voltamos várias vezes à nossa lista de ações para ver se não deixamos nada importante de fora, se o grupo todo está entendendo bem os valores que colocamos para cada ação e se haveria uma ordem mais lógica para colocá-las de modo que, ao começarmos uma ação, melhorem as condições para se fazer a próxima.

Depois de estabelecermos uma seqüência mais lógica para cada ação, fazemos uma lista com as prioridades para que o grupo comece a elaborar seu projeto de acordo com aquilo que terá mais poder de influenciar no plano local e na rede que forma com os demais grupos, junto com os monitores e a Coordenação do Programa "Mãos à Obra pelo Tietê".

E agora, Parabéns!

Chegando até aqui o grupo pode se auto-avaliar de novo, com base nos "Indicadores de Grupo", e verá que está bem maduro para elaborar seu projeto e colocá-lo em prática.

Então, vamos em frente: Mãos à Obra!

# PARA SABER MAIS

## Breves considerações sobre indicadores

**U**m indicador é uma relação entre dois momentos, uma medida para demonstrar a modificação ou o resultado de uma atividade ou projeto, que sinaliza a maior ou menor probabilidade de se alcançar as metas estabelecidas num período de tempo[1].

Estabelecer um referencial sobre indicadores socioambientais não é tarefa das mais fáceis, uma vez que há bastante diversidade nas visões e nos temas por parte dos autores, dificultando a organização do material em categorias claras e exclusivas.

Segundo Bell[2] o interesse por indicadores sociais pode nascer, por exemplo, a partir da preocupação com as conseqüências das atividades econômicas privadas que criam diversos custos, uns absorvidos pelas empresas e outros repassados à sociedade. Para Ogburn[3], a origem desse interesse vem da preocupação com medidas que provoquem mudanças sociais. E uma terceira corrente de pensamento procura avaliar o bem-estar da sociedade a partir de dados econômicos e sociais.



Outros fatores aceleraram os estudos a respeito da construção de indicadores sociais: o grande salto no desenvolvimento das ciências sociais a partir do início deste século; o crescimento do número de intelectuais, administradores e cientistas naturais e sociais em cargos públicos; a imperiosa necessidade de se contar com uma base racional para a tomada de decisão, tanto na esfera pública como na privada. Assim, a necessidade de se construir esse tipo de indicadores constituiu-se numa preocupação crescente em muitos centros de decisão.

Nos anos 60, foram discutidas sete áreas em destaque para a proposta de indicadores sociais: saúde, probabilidade social, meio ambiente, renda, segurança pública, aprendizagem, ciência/arte e participação.

Alguns enfatizam a necessidade de uma perspectiva ampla de abordagem e outros direcionam sua atenção para áreas específicas, como saúde, educação etc. Existem também os que combinam as duas perspectivas. Em todos os casos, é difícil contrabalançar informações quantitativas (que são medidas por números) e qualitativas (que são relacionadas às percepções das pessoas) na formulação e no uso dos indicadores socioambientais.

Mas, como disse Hamburguer[4] (1976), "à base de tudo, há a preocupação em desenvolver um modelo conceitual de sociedade e de sugerir indicadores que possam descrever-lhe

1 *GIOVENARDI, E. Indicadores Locais de Desenvolvimento. Brasília: Programa de Capacitação em Apoio à Reforma Agrária – Projeto BRA93/017 – INCRA/PNUD, 1998.*

2 *BELL, Daniel. The idea of a social report. Public Interest, v. 15, p. 72-84, Spring 1969*

3 *OGBURN, W., Recent social trends, 1933 (resultou dos trabalhos da comissão nomeada em 1929 pelo Presidente Hoover para estudar tendências sociais).*

4 *HAMBURGUER, P.L. Indicadores Sociais na Estratégia de Produtos; um estudo exploratório. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1976.*

ou medir-lhe o estado e condições". Ambas as tarefas implicam necessariamente a participação dos atores sociais envolvidos.

Esta necessidade de se imprimir um caráter participativo na construção e monitoramento de indicadores de programas e projetos sociais encontra respaldo nos conceitos de indicadores sociais de Bauer[5] e do Stanford Research Institute, e é abordada de forma explícita nas considerações de Brose[6].

Bauer define indicadores sociais como "estatísticas, séries estatísticas e todas as outras formas de evidência que nos permitem avaliar onde estamos e para onde vamos com respeito aos nossos valores e objetivos, e avaliar programas específicos e seus impactos". Defende ainda que a utilidade principal dos indicadores é prover a base de informações para o planejamento de diretrizes futuras.

Para o estudo do Stanford Research Institute, "indicadores sociais são (...), idealmente, medidas de produtos sociais, isto é, eles medem a aquisição de um objetivo (...). Como indicadores são medidas de produtos, eles necessariamente são relacionados com obtenção de objetivos. A definição de conceitos de indicadores significa, pois, a definição de objetivos" o que implica participação.

Brose (1997) salienta que "para cada indicador definido no projeto ou programa, é necessário definir também com clareza a técnica ou método utilizado para obtenção dos dados necessários". Segundo ele, isto "permite que a medição seja efetuada por todos aqueles que estejam interessados no acompanhamento desses projetos ou programas, no sentido de se imprimir maior transparência".

Portanto, a construção de indicadores socioambientais se mostra relevante, entre outras aplicações, na fundamentação racional, realista e transparente do processo decisório, público e privado, no que se refere à definição de objetivos (produtos) e ao desempenho desejável para programas e projetos sociais.



Essa busca de racionalidade com a realidade diagnosticada participativamente, tanto no estabelecimento dos objetivos quanto na coleta sistemática de dados – quantitativos e qualitativos – é que permite avaliar eficazmente a influência da interação entre os grupos organizados na sociedade. Porém, nos dias de hoje é impossível imaginar a construção de indicadores socioambientais eficazes sem a participação cidadã. Frisando o que foi dito para o Programa "Mãos à obra pelo Tietê", alguns indicadores apresentados são parte da identidade e da alma de seus idealizadores. Eles "são a linguagem comum que vai ligar os grupos à Coordenação", embora nada impeça que cada grupo acrescente outros indicadores importantes segundo sua realidade.

5 *BAUER, RAYMOND A. Detection and anticipation of impact: the nature of the task. Social Indicators. Cambrige, Mass., The MIT Pess, 1966*

6 *BROSE, M. Indicadores em projetos, programas e políticas públicas. Sua definição, seus potenciais e limites, e a aplicação prática. Grupo de estudo no enfoque participativo. Texto 1, 10 p., 1997.*

ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: FAEPE/UFLA, 1998. 212p.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista Participe**. Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

BAUER, Raymond A. Detection and anticipation of impact: the nature of the task. In: _____. **Social indicators**. Cambridge, MA: MIT Press, 1966. Não paginado.

BELL, Daniel. The idea of a social report. **Public Interest**. v. 15, p. 72-84, spring 1969. Não paginado.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 247p.

BROSE, Markus. **Indicadores em projetos, programas e políticas públicas:** sua definição, seus potenciais e limites, e a aplicação prática. [S.l.]: Grupo de Estudo no Enfoque Participativo, 1997. 10p.

_____. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1992. 45p.

_____. **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo, 2001. 306p.

CHAMBERS, R. **School of public policy annual report 1992/93**. United Kingdon: University of Birmingham, 1993. Não paginado.

CRAIG, Gary; MAYO, Marjorie. **Community empowerment**: a reader in participation and development. 2 ed. London: Macmillan Books, 1995. Não paginado.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1996. Não paginado.

ENRIQUEZ, E. Os desafios éticos nas organizações modernas. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: FGV, v. 37, n. 2, p. 6-17, abr./jun. 1997.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Não paginado.

FLEURY, M. T. L. Aprendendo a mudar – aprendendo a aprender. **Revista de Administração**. São Paulo, v. 30, n. 3, p.5-11, jul./set. 1995.

FREUDENBERGER, K. S. **Tree and land tenure-rapid appraisal tools.** Roma: FAO, 1994. Não Paginado.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991. 177p.

GIOVENARDI, E. **Indicadores locais de desenvolvimento**. Brasília: INCRA/PNUD, 1998. Não paginado.

GOMES, M. A. O. Metodologias participativas para integração rural-urbana e planejamento local. In: WEBER, Hermann; TIMM, Ricardo (Ed.). **Cultura del mercado e integración social – América Latina en camino a un nuevo orden social?** Porto Alegre: KAAD, 1997. p. 74-84.

GROSS, Bertram M. **The social state of union:** social system accounting. London: Tavistock Publications, 1966. Não paginado.

HAMBURGER, P. L. **Indicadores sociais na estratégia de produtos:** um estudo exploratório. Rio de Janeiro: FGV, 1976. Não paginado.

KAMII, C.; DEVRIES, R. **Jogos em grupo na educação infantil.** São Paulo: Trajetória Cultural, 1991. Não paginado.

KIEVELITZ, U.; REINEKE, R. D. Die analyse von organisationskulturen-eine herausforderung für die feldforschung. In: ASSMANN, et al. **Ein unternehmenskulturelles anpassungsproblem.** Sttugart: C. E. Poeschel Verlag, 1991. p. 301-320.

KLAUSMEYER, Afonso; RAMALHO, Luiz. **Introdução a metodologias participativas:** um guia prático. Recife: SACTES/ABONG, 1995. 249p.

KRAPPITZ, Uwe; ULRICH, G.; SOUZA, J. de. **Enfoque participativo para o trabalho em grupo:** conceitos básicos e um estudo de caso. Recife: ASSOCENE/DSF/FFN, 1998. Não paginado.



MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 1999. Não paginado.

NAVES, F. L. et al. Diagnóstico organizacional participativo: potenciais e limites na análise de organizações. **Organizações & Sociedade.** Salvador: Escola de Administração UFBA, v. 6, n. 19, p. 53-66, set./dez. 2000.

OGBURN, William. **Recent social trends 1933.** [S.l.: s.n.], 1933. Não paginado.

SCHÖNHUTH, Michel. **Diagnostico rural rapido, diagnostico rural participativo:** metodos participativos de diagnostico y planificación en la cooperación al desarrollo: una introducción comentada. Eschborn: GTZ, 1194. 137p.

TENÓRIO, Fernando G. O mito da participação. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro: FGV, v. 24, n. 3, p. 162-194, maio/jun. 1990.

US DEPARTMENT OF HEALTH, EDUCATION AND WELFARE. **Toward the social report.** Washington: US Printing Office, 1969. Não paginado.

WEIGAND JUNIOR, Ronaldo. **Métodos de planejamento comunitário participativo.** Porto Velho: PNUD/PLANAFLORO, 1996. Não paginado. Mimeografado.

WHITESIDE, M. **Diagnóstico rápido participativo: manual de técnicas.** Moçambique: Comissão Nacional do Meio Ambiente, 1994. Não paginado.

# Bibliografia recomendada


BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 brasileira.** 2 ed. Brasília, 2004. Diversos documentos. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=18&id_conteudo=604>. Acesso em: 2 fev. 2004.

A CARTA da Terra. Paris: [s.n.], 2000. Disponível em: <http://www.earthcharter.org/files/resources/A%20Carta%20da%20Terra%20%20Brochure%20POR.pdf>. Acesso em: 2 fev.2004.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1996. Não paginado.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria do Verde e Meio Ambiente. **Agenda 21 local do município de São Paulo.** São Paulo: [s.n.], 2000. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretrarias/meio_ambiente/qualidade_ambiental/0006>.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Agenda 21 em São Paulo.** São Paulo: [s.n], 2002. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/agenda21/ag21sprev/ag21sprev.htm>. Acesso em: 2 fev. 2004.




## Sites


http://www.aguaonline.com.br

http://www.cempre.org.br/

http://www.5elementos.org.br

http://www.fflorestal.sp.gov.br/

http://www.jornaldomeioambiente.com.br/

http://www.recursoshidricos.sp.gov.br

http://www.rededasaguas.org.br

http://www.sabesp.com.br/

http://www.socioambiental.org.br

http://www.sosmatatlantica.org.br

http://www.wateryear2003.org

http://www.wwf.org.br